



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2012

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

205ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 16 a 18 de outubro de 2012

1 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e doze teve início a Ducentésima Quinta Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da Presidenta do
3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da SNAS, Luziele Maria
4 de Souza Tapajós. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e
5 Suplentes do CNAS: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, SNAS; Conselheira Solange
6 Teixeira, MDS; Conselheira Simone Albuquerque, MDS; Conselheira Lea Lúcia Cecílio Braga,
7 SNAS; Conselheiro José Geraldo França Diniz, MPOG; Conselheiro Fábio Moassab Bruni, SNAS;
8 Conselheira Margarida Munguba Cardoso, MDS; Conselheiro José Ferreira da Cruz, SNAS;
9 Conselheira Cristina Lobo, Ministério da Saúde; Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari;
10 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Lar
11 Fabiano de Cristo; Conselheira Leila Pizzato, Associação Antônio Vieira; Conselheira Cláudia
12 Laureth Faquinote, Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC; Conselheiro Wagner
13 Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheira Dóris Margareth de Jesus, União Brasileira de
14 Mulheres – UBM; Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Fórum Nacional da População de Rua;
15 Conselheira Nilsia Lourdes dos Santos Miranda, UNEGRO- União de Negros pela Igualdade;
16 Conselheiro Ademar de Andrade Bertucci, Cáritas Brasileira; Conselheiro José Araujo da Silva,
17 Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, Associação Brasileira de
18 Educadores de Deficientes Visuais – ABEDEV; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
19 FENAS; e, Conselheiro Thiago Szolnokoy de Barbosa Ferreira Cabral, OAB. **Visitantes:** Sra. Ana
20 Lígia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social/MDS; Secretária Denise Colin; Cleiton
21 José da Silva, CONGEMAS; Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO; Deborah Akerman, CFP; Ana
22 Lucia Soares, FNTSUAS; Marlene Merisse, CFESS; André dos Santos, CFP; Susan Farias,
23 MDS/GM; Brenda Silva, MDS/SE; Moisés Castro, CONSEAS/SP; e, Carlos Nambu,
24 CONSEAS/SP. **ABERTURA.** Iniciando a reunião, a Secretária da SNAS, Sra. Denise Colin,
25 passou a discorrer sobre como haviam chegado a esse texto da NOB, incluindo todos os
26 aperfeiçoamentos colocados pelo CNAS, com essa norma estando acorde com a política pública já
27 concretizada. Arrazou sobre os oito anos de implantação do SUAS, assegurando os direitos,
28 promovendo a inclusão e a igualdade para todos os brasileiros. Ressaltou que o envolvimento de
29 todos, Conselheiros, gestores, trabalhadores, usuários havia promovido esse avanço, tornando
30 realidade esse Sistema. A Secretária falou sobre a capilaridade existente em todo país exceto em
31 aproximadamente 120 municípios que ainda não tinham o CRAS de forma adequada, ressaltando a
32 necessidade que esses serviços fossem melhorados, revisando-se essa norma tanta vezes quanto
33 fosse necessário para atender a população adequadamente. Indicou que oficialmente o documento
34 seria entregue à Presidenta do CNAS, o que seria feito em conjunto, com a sua participação, da Sra.
35 Ana Lígia, Secretária Adjunta representando o Secretário Daniel e o FONSEAS, e do Sr. Cleiton
36 representando o CONGEMAS, visto ser esse um momento histórico. A Presidenta agradeceu em
37 nome do CNAS pela apresentação e pela presença da CIT, da Secretária-Adjunta da Secretaria de
38 Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do governo do Distrito Federal, Secretária Ana
39 Lígia Gomes, relatando sua trajetória profissional e que estava representando o Secretário Daniel.

40 Destacou a forma como o CNAS vinha trabalhando, frente às questões que tinham que resolver. A
41 seguir, abriu para manifestações, com a Sra. Ana Lígia Gomes, Secretária Nacional de Assistência
42 Social/MDS cumprimentando os presentes, agradecendo pela oportunidade de estar presente nesse
43 momento solene, mas de muita alegria. Registrou sua satisfação de estar partilhando esse trabalho
44 de tantos anos, com essa NOB sendo fruto de um grande aprimoramento do SUAS, aperfeiçoando a
45 Lei Orgânica da Assistência Social. Ressaltou a contribuição dos estados, esperando que esse
46 documento nas mãos do CNAS, com a direção da Presidenta Luziele, pudessem ver a conclusão
47 desses debates e do trabalho feito, realizando-se consulta pública, muitos debates, com esse trabalho
48 trazendo toda a legislação pertinente, refletindo a realização desse trabalho. A Presidenta,
49 esclarecendo não se um debate sobre a NOB, sobre a qual ainda não haviam se debruçado, abriu a
50 palavra aos Conselheiros para alguns esclarecimentos que gostariam de ter. A Conselheira Dóris
51 destacou a importância da NOB e de estar participando nesse momento histórico. Ponderou que
52 depois do trabalho ao longo dos anos, não pretendiam rediscutir a NOB, mas sim de absorver tudo
53 dessa discussão, transmitindo para a população essa linguagem da Assistência. Parabenizou pela
54 apresentação, destacando a eficiência da Secretária-Executiva em transmitir esse documento por
55 *slides*, para que pudessem acompanhar a explanação. A Conselheira Marisa cumprimentou os
56 visitantes, os presentes, parabenizando a Presidenta e todos que haviam participado do processo de
57 construção dessa NOB até a pactuação da CIT. Destacou a importância da NOB SUAS, que
58 representava o aprimoramento da organização e da gestão, principalmente no âmbito dos
59 municípios. Que cabia aos gestores o compromisso e a responsabilidade de implementar essa NOB,
60 com o CNAS tendo uma grande missão na responsabilidade de sua aprovação. Que ainda não havia
61 tomado conteúdo do documento, o qual seria discutido no âmbito das respectivas Comissões.
62 Indicou, na página 17, o mecanismo de acompanhamento para os municípios, no âmbito da gestão,
63 questão que não havia observado na NOB, discorrendo sobre a cobrança e a responsabilidade dos
64 gestores municipais. Indagou se essa questão estaria detalhadamente dentro da NOB e se poderia
65 ser revista, indagando quem cobraria o estado quando ele não cumprisse a responsabilidade que
66 estava no pacto federativo de cumprir no apoio logístico e também financiando os municípios. A
67 Conselheira Leila cumprimentou os presentes, exaltando o árduo trabalho que havia sido e a
68 complexidade das discussões para que chegassem ao texto final e que ainda iriam apreciar. Falou
69 sobre as dificuldades dos pequenos municípios em operacionalizar as orientações do CNAS,
70 questionando como essa dificuldade estaria traduzida na NOB, o que também iria verificar quando
71 analisasse esse documento. Considerava que se quisessem uma política pública forte, que cumprisse
72 seu papel de proteção social e com todas as defesas que faziam, teriam que pensar que ela seria
73 aplicada em estados, municípios de diferentes tamanhos e responsabilidades, discorrendo sobre a
74 dificuldade que os estados tinham em exercer seu papel. A Conselheira Simone cumprimentou os
75 presentes, destacando a importância desse momento, discorrendo sobre o processo que a discussão
76 da NOB havia passado, com a CIT discutindo uma norma que operacionalizasse a política.
77 Destacou a importância de que o Brasil reconhecesse o respeito que o Conselho tinha pela CIT e
78 essa pelo CNAS, situação que se deveria repetir nas demais instâncias. Falou sobre a NOB de 2005,
79 e como habilitava municípios, com esse modelo reconhecendo muito pouco o estágio dos
80 municípios na implantação do SUAS, com essa NOB deixando mais clara a gestão compartilhada.
81 Observou que era preciso ficar mais clara a responsabilidade dos entes para que ao dividir a
82 responsabilidade também pudessem ofertar melhores serviços e benefícios. Que o planejamento
83 requeria um mecanismo de acompanhamento, o que não acontecia na outra NOB, onde os governos
84 estaduais deveriam assumir o serviço que os municípios não assumissem, o que era questionado.
85 Que o MDS tinha a obrigação de acompanhar os governos estaduais, tendo sido feito dois planos de
86 providência para governos estaduais, discutidos pela CIT e que estavam aprimorando nessa NOB,

87 mas ainda necessitando de mais aprimoramento, o que vinham discutindo bastante na CIT.
88 Informou que nos dias 04, 05 e 06 de dezembro no I Encontro do FONSEAS e do Encontro de
89 Acompanhamento Técnico e Monitoramento. Nesse, pretendiam aprofundar com os governos de
90 estado e discutir uma normativa que deixasse mais claro em que momentos atuariam, como o fariam
91 e que tipo de apoio iriam ofertar para os governos de estado. A Conselheira Simone destacou sua
92 certeza de que todo esse esforço construído dentro da CIT teria do CNAS todo o empenho e
93 responsabilidade no trato desse texto, com as questões que o compunham estando sintonizadas com
94 o debate que o próprio CNAS vinha fazendo. Parabenizou o CNAS pela condução que vinha tendo
95 desse processo de implantação do SUAS no Brasil, destacando a condução da Presidenta e da Vice-
96 Presidenta, que inspirava os demais Conselheiros a dar o mesmo tratamento a essas questões da
97 mesma forma como conduziam as questões do CNAS. O Conselheiro Wagner ressaltou os temas
98 tratados na CIT e no CNAS e que chegariam aos pequenos municípios, cabendo ao CNAS e
99 Conselhos do DF, Estaduais e Municipais, em todas suas instâncias, acompanhar o processo do
100 controle social sobre as normativas da NOB e as demais deliberações. Destacou a importância da
101 NOB para a Política Nacional de Assistência Social, como também a própria LOAS, registrando sua
102 satisfação em participar desse processo histórico e de ver os municípios se adequando para efetivar
103 essa política na sua totalidade. Justificou sua retirada da reunião, devido à defesa de uma
104 monografia sobre a participação da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social, desde 88,
105 levando, entre outras, a temática da NOBSUAS e do Censo SUAS. O Conselheiro Anderson
106 ressaltou a importância dessa fala, principalmente para os usuários, com a política da NOBSUAS
107 atendendo os protagonistas na ponta. Que essa discussão da NOBSUAS no CNAS era fundamental
108 para a melhoria dos serviços, tanto para o usuário, trabalhador e organizações, parabenizando todos
109 que haviam contribuído para a construção dessa política. A Conselheira Margareth parabenizou a
110 todos que haviam trabalhado nessa minuta trazida ao CNAS, destacando duas questões que lhe
111 haviam chamado a atenção: primeiro, que conforme colocado pelo Conselheiro Wagner, não havia
112 visto como materializar essa política nos municípios, após a aprovação da NOB; e, segundo, e que
113 deveria ser motivo de reflexão pelo Pleno, era o fortalecimento da Sociedade Civil, discorrendo
114 sobre a questão. O Conselheiro Ademar questionou sobre o controle social, como avançariam,
115 juntamente com a NOB, na ampliação da participação popular. A Secretária Denise agradeceu as
116 manifestações de apoio ao processo de revisão da NOB e ao texto, colocando-se à disposição para
117 todos os esclarecimentos. Respondendo às Conselheiras Marisa e Margareth, destacou que a fala da
118 Conselheira Simone já havia feito um primeiro apontamento, reforçando que a previsão do
119 planejamento em relação aos municípios e as ações que seriam tomadas, havendo regras gerais, mas
120 com os mesmos tendo autonomia. Falou sobre o levantamento que seria feito, identificando os
121 serviços necessários e específicos de cada realidade, com o município, estados e inclusive o
122 governo federal, fariam seus planos de Assistência Social, em um sistema informatizado que
123 pactuava prioridades e metas para os quatro anos subsequentes com revisão anual, esclarecendo
124 como esses planos eram analisados. Com relação ao levantamento pelo Conselheiro Anderson e
125 apontado pela Conselheira Margareth, sobre a importância para os usuários e da qualificação dos
126 serviços, havia uma descrição e de como seria fortalecida a participação da Sociedade Civil e nos
127 usuários no controle social, havendo um capítulo próprio para o controle social e um capítulo
128 próprio para a indução da participação dos usuários nesse controle social, o qual era entendido com
129 a representação dos três seguimentos da Sociedade Civil, usuário, trabalhadores e entidades.
130 Indicou haver um capítulo específico para a gestão do trabalho e todos os espaços de participação
131 dos trabalhadores e de reconhecimento de todas as previsões da NOB-RH, e um falando sobre o
132 planejamento e da prestação, o reconhecimento de que a rede socioassistencial era composta pelas
133 entidades governamentais e não governamentais, e toda a sua participação nessa área. O Sr. Cleiton

134 destacou a questão dos blocos de financiamento, que seria mais fácil para o município executar na
135 ponta, inclusive os pequenos municípios. Que de acordo com o levantamento e com a implantação
136 da Vigilância Social nós vamos levantar oferecendo e contemplando os serviços no atendimento
137 como um todo. A Presidenta agradeceu, em nome de todos os Conselheiros, ao Secretário Cleiton,
138 Secretária Ana Lígia, Secretária Denise pela presença. Agradeceu a participação do Conselheiro
139 José Araújo nas reuniões da CIT, ressaltando que o Pleno estava tratando a análise da NOB como
140 prioridade a partir desse momento, destacando a responsabilidade do CNAS, considerando o que a
141 NOB poderia produzir para a Política de Assistência Social. Prosseguindo, solicitou aos
142 Conselheiros ajuda para o encaminhamento, conforme deliberado pela Comissão de Política na
143 última Reunião Ordinária, nas pessoas do Conselheiro José da Cruz e Conselheiro Edivaldo, que
144 sugeririam uma metodologia para o debate da NOB. Indagou se havia alguma objeção para que
145 passassem para os Conselheiros da Comissão de Política para apresentar essa metodologia. O
146 Conselheiro José da Cruz manifestou sua satisfação em participar desse processo de aprimoramento
147 da gestão do SUAS no país. Após mais algumas colocações indicou que, conforme deliberado no
148 último pleno, apresentariam uma metodologia de debate, de como o CNAS deveria organizar
149 internamente esse processo de discussão da NOB que havia sido apresentada. Que a partir da tarde
150 do dia seguinte, as Comissões se reuniriam para debater a NOBSUAS, conforme deliberado pelo
151 pleno na última reunião. Que após esse debate, teriam os relatos das Comissões no dia 18, com a
152 NOB sendo apresentada e discutida na Reunião Ampliada e Descentralizada em Vitória no Espírito
153 Santo. Indicou que também haveria um grande debate nas Comissões e apresentação dos relatos na
154 Reunião Ordinária de dezembro. Indicou que a proposta era primeiro, a divisão dos temas, dos
155 capítulos conforme havia sido apresentado, com cada Comissão tendo um conteúdo específico:
156 Comissão de Política: capítulo um, sobre o SUAS; o capítulo três, planos de Assistência Social;
157 capítulo quatro, Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS; capítulo sete, vigilância
158 socioassistencial; e, capítulo oitavo, gestão do trabalho do SUAS. Comissão de Normas: capítulo
159 dois, gestão do SUAS; capítulo cinco, processo de acompanhamento do Sistema; e, capítulo onze,
160 das regras de transição. Que constavam as responsabilidades dos entes que estavam em debate na
161 Comissão de Normas e também o processo de transição do modelo da NOB 2005 para a NOB de
162 2012. Comissão de Financiamento: capítulo seis, gestão financeira e orçamentária do SUAS.
163 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos: capítulo nove, controle social do SUAS e das
164 instâncias de negociação e pactuação do SUAS. Observou que após a leitura do texto e debate, o
165 MDS, por meio da SNAS, especificamente do DGSUAS, acompanharia todo o debate nas
166 Comissões, o que seria de grande valia, visto o conhecimento que tinham pela participação em todo
167 o processo. Sugeriu que convidassem palestrantes com *expertise* em gestão, para falar sobre a
168 questão, contar com colaboradores para acompanhar as reuniões das Comissões e o pleno de
169 dezembro, com a DGSUAS tendo feito algumas indicações de pessoas que poderiam participar
170 desse procedimento. A Presidenta indicou a proposta da divisão dos capítulos da NOB entre as
171 Comissões, indagando se havia outra sugestão a respeito. A Conselheira Marisa indagou se
172 receberiam o documento na íntegra ou partilhada, com a Presidenta esclarecendo que todos os
173 Conselheiros receberiam a NOB na íntegra, inclusive por *e-mail*. Em não havendo nenhuma
174 manifestação em contrário, a Presidenta considerou a sugestão acatada pelo Pleno. Indicou que a
175 segunda etapa era a leitura do texto e debate nas Comissões com o apoio dos técnicos do DGSUAS,
176 indicando a equipe que haviam acompanhado esse processo desde o início. A Presidenta indagou se
177 havia algum dissenso nessa proposta, em não havendo, considerou a mesma aprovada pelo Pleno.
178 Observou que após o relato e a discussão em Plenária, teriam que eleger um sistematizador para que
179 pudesse dar sustentação para a compreensão de cada capítulo, o que foi aprovado pelo Pleno. Etapa
180 quatro, convite para colaboradores para acompanhar a reunião das Comissões e Pleno de dezembro,

181 indagando se havia alguma sugestão de nomes. O Conselheiro José da Cruz informou que tinham
182 vários nomes, com a *expertise* para trabalhar junto nesse processo e ajudar na sistematização. A
183 Presidenta sugeriu aprovar o convite e as Comissões decidirem os nomes adequados. A Conselheira
184 Simone concordou que essas pessoas que participassem de debate, trouxessem um produto para o
185 CNAS, mas que teria que ser discutido no pleno. O Conselheiro Ademar observou que o estudo da
186 NOB por partes, faria com que perdessem a visão do todo, com a preocupação na metodologia do
187 trabalho das Comissões era que quando aparecessem elementos que pareciam não eram daquele
188 grupo, que isso fosse colocado, pois o debate poderia fazer essas articulações. Quando aos
189 consultores, seria interessante saber que os mesmos poderiam atender as necessidades que surgiriam
190 a partir do debate nas Comissões. A Conselheira Leila concordava com a presença dos técnicos da
191 SNAS cooperando nessa análise, mas não entendia o pequeno prazo dado, por ser no dia seguinte,
192 em novembro, na Ampliada e tendo que aprovar a NOB em dezembro. Observou o convite a ser
193 feito aos colaboradores externos e em que momento os mesmos entrariam, questionando como isso
194 se daria. Encontrava que a equipe da SNAS era suficientemente preparada para participar desse
195 debate sem consultores externos, mas como a própria Conselheira Simone havia concordado com
196 essa sugestão, encontrava que os nomes eram importantes. O Conselheiro José da Cruz esclareceu
197 que haviam pensado em ter mais pessoas para ajudar a sistematizar as contribuições do CNAS nesse
198 processo, não sendo consultores, mas sim colaboradores. Informou que a proposta inicial era iniciar
199 no dia seguinte, mas a compra de passagens não daria para trazer essas pessoas, tendo que ser
200 aprovado antecipadamente, propondo essa parceria para dezembro, quando teriam mais
201 conhecimento das questões a serem debatidas, indicando algumas pessoas que poderiam colaborar,
202 como a Sra. Marlene, do FONSEAS, e a Sra. Cláudia Sabóia, ademais dos Conselheiros e da equipe
203 do DGSUAS, não sendo consultores contratados e sim colaboradores. A Conselheira Simone
204 concordou com a presença de outras pessoas, ademais da equipe do DGSUAS, com o CNAS
205 podendo votar em dezembro com tranquilidade. Que acompanhariam a reunião para que os temas
206 discutidos tivessem unidade no texto, incluindo, ademais dos nomes citados, o da ex-Diretora da
207 Proteção Básica, Sra. Idê Cansado, da Sra. Jucimeire e do Sr. Ronaldo, com a Conselheira Leila
208 manifestando-se esclarecida com essa colocação. O Conselheiro Edivaldo esclareceu o motivo de
209 ter sido sugerido convite para outros participantes, sendo que no fechamento do tema em dezembro,
210 seria interessante ter uma terceira participação trazendo outra visão, além das pessoas do
211 Departamento e das Comissões. Que a idéia era propor pessoas que tivessem conhecimento dessa
212 matéria, para que pudessem discutir juntos. Observou que não haviam feito uma relação de nomes,
213 por entender que deveria ser construída junto, com todos os segmentos podendo participar. A
214 Conselheira Margareth ponderou que deveriam aprofundar o assunto antes de trazer pessoas
215 indicadas pelo governo e pela Sociedade Civil. A Presidenta observou que não estava sendo feita
216 nenhuma divisão quanto aos nomes indicados, apenas tendo sido citados alguns nomes, conforme
217 solicitado pela Conselheira Leila, apenas como referência, esclarecendo as colocações feitas. A
218 Conselheira Simone observou que teriam que explicar todo o processo se as pessoas entrassem
219 depois de feito o debate pelas Comissões, preferindo que o DGSUAS assumisse a tarefa de
220 acompanhar o CNAS. O Conselheiro Tiago sugeriu que, caso as Comissões divididas, sentissem a
221 necessidade de esclarecimentos, recorressem a esses eventuais consultores. Encontrava que a
222 função do CNAS nesse aspecto, era fazer com que se tivesse um documento limpo, transparente e
223 tranquilo, mas acatando a sugestão da divisão de capítulos entre as Comissões. Indagou se existia
224 possibilidade de aumentar o tempo estipulado, considerando que a pauta era extensa. O Conselheiro
225 José Araujo sugeriu que após o início da discussão pelas Comissões no período da tarde, se
226 houvesse necessidade, as mesmas poderiam definir se haveria necessidade ou não de trazer outras
227 pessoas, trazendo a questão para o pleno para ser decidida. A Presidenta colocou a possibilidade de

228 convidar colaboradores para acompanhar a reunião das Comissões, os quais não precisavam ser
229 paritários, visto estarem chamando pessoas que tivessem a visão do todo, indagando se acatavam a
230 possibilidade de convite e as Comissões decidiriam quem poderiam ser chamados. A Conselheira
231 Margareth esclareceu seu posicionamento, ponderando que cada segmento poderia indicar o nome
232 de um representante do outro, caso fosse de interesse desse projeto maior, que era da própria
233 política pública. Concordou com a proposta da Conselheira Simone, com os técnicos do DGSUAS
234 fazendo esse acompanhamento e, caso sentisse necessidade, a própria Comissão convidaria um
235 participante. A Conselheira Simone observou que acompanhariam as Comissões e se achassem
236 necessário, convidariam outras pessoas para ajudar. A Presidenta ressaltou que quando decidissem
237 chamar os colaboradores, essa decisão seria da Comissão, não vindo para a plenária.
238 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a primeira parte da Reunião Ordinária, informando
239 que à tarde haveria a reunião das Comissões. **ABERTURA.** Aos dezessete dias do mês de outubro
240 de dois mil e doze, a Presidente reiniciou a 205ª RO do CNAS, cumprimentando os presentes e
241 solicitando que a nova representante do Ministério da Saúde, Conselheira Cristina Lobo se
242 apresentasse ao colegiado. A Conselheira Cristina agradeceu o convite, relatando sua trajetória
243 profissional e colocando-se à disposição para o que fosse necessário. A Presidenta deu-lhe as boas
244 vindas, com todo o CNAS voltado para consagrar a política de Assistência Social, tão importante
245 para os usuários e para todo o país. A seguir, submeteu ao pleno uma alteração de pauta. Relatou
246 que no período da manhã haviam trabalhado com as Comissões, conforme a metodologia acordada
247 e com o apoio do DGSUAS. Relatou ter sido uma discussão bem equilibrada e profunda,
248 destacando a qualidade do documento recebido e discorrendo sobre a sua excelente execução por
249 todos os participantes. Que, juntamente com a Vice-Presidenta propunha iniciar pleno com os
250 informes e os demais relatos fossem feitos no dia seguinte, prosseguindo com o debate nas
251 Comissões. A Conselheira Simone indicou que na Comissão de Normas haviam feito a seguinte
252 proposta: primeiro, terminar a leitura e a discussão; segundo, preparar a apresentação para a
253 Descentralizada, e, terceiro, os artigos destacados para aprofundamento viriam para o relato do dia
254 seguinte, indo para a Descentralizada o relato com o que a comissão havia consensuado. A
255 Conselheira Leila concordou em não se lavar nenhuma questão que o CNAS não tivesse segurança,
256 sendo um espaço para apresentação do texto e não para discussão. O Conselheiro José Geraldo
257 indagou qual o procedimento que seria tomado, com a Conselheira Simone esclarecendo que no dia
258 seguinte fariam o relato da Comissão discutida no dia anterior, informando-se ao pleno os pontos
259 para aperfeiçoamento da NOB/SUAS a ser discutido em dezembro. Observou que a reunião
260 ajudaria para fechar a discussão e a forma desse relato, que também deveria ser um informativo na
261 reunião descentralizada. A Presidenta sugeriu que os Conselheiros que já haviam terminado seu
262 trabalho, participassem nas demais Comissões, com a Conselheira Simone indicando que seriam
263 bem vindos, desde que o debate não tivesse que ser feito novamente, sendo acatado esse
264 encaminhamento. **ENCERRAMENTO.** A Presidenta encerrou a reunião, convidando os presentes
265 para parabenizar a Secretária-Executiva pelo seu aniversário. **ABERTURA.** Aos dezoito dias do
266 mês de outubro de dois mil e doze, a Presidente reiniciou a 205ª RO do Conselho Nacional de
267 Assistência Social, solicitando à Secretária-Executiva a verificação do quorum: Conselheiros
268 titulares e na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós; Conselheira Simone
269 Aparecida Albuquerque; Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga; Conselheiro José Geraldo França
270 Diniz; Conselheiro José Ferreira da Cruz; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheira Leila
271 Pizzato; Conselheiro Anderson Lopes Miranda; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera;
272 Conselheira Dóris Margareth de Jesus; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos; Conselheiro Tiago
273 Ferreira Cabral. Conselheiros Suplentes: Conselheira Solange Teixeira; Conselheiro Fábio Moassab
274 Bruni; Conselheira Margarida Munguba Cardoso; Conselheiro Marcílio Marquesine Ferrari;

275 Conselheira Márcia de Carvalho Rocha; Conselheira Cláudia Faquinote; Conselheira Nilsia Lourdes
276 dos Santos; Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes e, Conselheira Cristina Lobo. A
277 Presidente passou para a pauta: **Dia 16/10/2012 – Manhã: 9h às 13h:** Entrega e apresentação do
278 novo texto da NOB/SUAS pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT (SNAS, CONGEMAS E
279 FONSEAS). **Tarde - 14h às 17h:** Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da
280 Assistência Social; Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social;
281 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da
282 Assistência Social. **17h às 19h:** Reunião da Presidência Ampliada. **Dia 17/10/2012 – Manhã: 9h às**
283 **12h:** Pauta: Discussão do novo texto da NOB/SUAS; Reunião da Comissão de Acompanhamento
284 aos Conselhos da Assistência Social; Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
285 Assistência Social; Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão
286 de Política da Assistência Social. **Tarde: 14h às 14h15:** Aprovação da ata da 204ª Reunião
287 Ordinária do CNAS e da pauta da 205ª Reunião Ordinária do CNAS; *Conselho Nacional de*
288 *Assistência Social (CNAS) - 2/2;* **14h15 às 15h:** Informes da Presidência/Secretaria Executiva,
289 MDS, CIT, Conselheiros, FONSEAS e CONGEMAS; **15h às 16h:** Apresentação da Representação
290 da Sociedade Civil (União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; Associação Brasileira de
291 Educadores de Deficientes Visuais- ABEDDEV e Lar Fabiano de Cristo); **16h às 17h:** Apresentação
292 do tema “A Ética do Conselheiro Nacional” – Conselheiro José Geraldo França Diniz; **17h às 18h:**
293 Relato da Comissão Eleitoral – vacância. **Dia 18/10/2012 – Manhã: 9h às 10h30:** Relato da
294 Presidência Ampliada; **10h30 às 12h:** Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da
295 Assistência Social. **Tarde: 4h às 15h30:** Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos
296 da Assistência Social; **15h30 às 17h:** Relato da Comissão de Política da Assistência Social; **17h às**
297 **18h:** Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. **Item** Aprovação da ata da 204ª Reunião
298 Ordinária do CNAS. A Presidenta informou ter incorporado a observação da Conselheira Aldenora
299 com relação à grafia do seu nome, indagando se havia mais alguma observação. Em não havendo
300 nenhuma manifestação em contrário considerou aprovada pelo pleno a ata da 204ª RO do CNAS. A
301 seguir, indicou a inversão de pauta, suspendendo-se a apresentação de três entidades da Sociedade
302 Civil, e a apresentação do tema “A ética do Conselheiro Nacional”, dispondo de mais tempo para
303 discussão do relato das Comissões, mas mantendo o restante da pauta. Passou para o **Item**
304 **Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva.** Informou que o relato do MDS seria feito
305 por um representante da Secretária Denise que não poderia comparecer por questões de agenda.
306 Observou que, considerando as férias do Assessor Parlamentar do gabinete da Ministra, estavam
307 distribuindo os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional em conformidade com o que
308 havia sido demandado para aquela assessoria parlamentar. A Secretária-Executiva procedeu ao
309 relato: “*Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva: Informes gerais: ausências*
310 *justificadas: Conselheiras Viviane Vieira da Silva e Jane Pereira Clemente nessa Reunião*
311 *Ordinária por motivo de férias; Conselheira Maria Aparecida Godói nessa Reunião Ordinária em*
312 *virtude de compromissos acadêmicos; Conselheiros Volmir Raimondi no dia 16 de outubro, devido*
313 *a compromissos institucionais; Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles e Meive Ausônia Piacesi*
314 *nessa Reunião Ordinária por problemas operacionais na emissão de passagens; Conselheiro Tiago*
315 *Ferreira Cabral na reunião no dia anterior por motivo institucional; Conselheiro Wagner Carneiro*
316 *de Santana em virtude de compromissos acadêmicos. E-mails enviados aos Conselheiros:*
317 *convocações/participação: Conselheira Jane Clemente participou da reunião do Fórum Nacional*
318 *dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONASEAS, no dia 28 de setembro de 2012 em*
319 *Salvador Bahia; Presidenta do CNAS, Luziele Tapajós, participou da reunião técnica para o*
320 *fortalecimento da inclusão da população em situação de rua no Cadastro Único para programas*
321 *sociais e vinculação a serviços socioassistenciais no dia 19 de setembro de 2012 em Brasília; os*

322 *Conselheiros integrantes da Comissão Eleitoral participaram da reunião da referida Comissão no*
323 *dia primeiro de outubro de 2012 no CNAS; a Presidenta Luziele Tapajós e a Conselheira Jane*
324 *Clemente participaram na reunião no Grupo de Trabalho instituído com o objetivo de sistematizar*
325 *o texto da Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS no dia 02/10/2012*
326 *no CNAS; a Presidenta Luziele Tapajós participou da reunião com a Secretária Geral da*
327 *Presidência da República e o Conselho Nacional de Saúde no dia 08 de outubro em Brasília DF;*
328 *os Conselheiros José Araújo da Silva; Dóris Margareth de Jesus e Aldenora Gomes Gonzáles*
329 *participaram da reunião da Subcomissão de Habilitação com o objetivo de analisar os processos*
330 *referente ao processo eleitoral para a eleição CNAS 2012-2014, vacância, nos dias um e nove de*
331 *outubro de 2012 no CNAS; a Presidenta Luziele Tapajós e a Secretária Executiva Maria de Mercês*
332 *Avelino de Carvalho participaram de reunião com o Conselho Estadual de Assistência Social de*
333 *Vitória Espírito Santo para tratar sobre a segunda Reunião Ampliada e Descentralizada do CNAS*
334 *2012 no dia 09 de outubro em Vitória Espírito Santo. O Conselheiro José Araújo da Silva*
335 *participou da 117ª Reunião Ordinária da CIT no dia 10 de outubro de 2012 em Brasília; a*
336 *Presidenta Luziele Tapajós participou da reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e*
337 *Nutricional, CONSEA, no dia 10 de outubro de 2012 em Brasília; o Conselheiro Wagner Carneiro*
338 *de Santana participou da Reunião Ordinária da Comissão Nacional Intersetorial para*
339 *acompanhamento e implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos*
340 *direitos de Crianças e Adolescentes, à convivência familiar e comunitária no dia 15 de outubro de*
341 *2012 em Brasília; os Conselheiros Nacionais titulares e suplentes foram convocados para essa*
342 *Reunião Ordinária no Conselho Nacional nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2012 em Brasília; os*
343 *Conselheiros integrantes da Subcomissão de recursos foram convocados para a reunião da citada*
344 *Subcomissão com o objetivo de analisar e julgar os pedidos de recursos sobre a decisão da*
345 *Subcomissão de Habilitação nos termos do artigo 4º da Resolução CNAS número 4/2012, no dia 18*
346 *de outubro no CNAS; os Conselheiros integrantes da Presidência Ampliada foram convocados*
347 *para a reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e o Conselho de Assistência*
348 *Social do Distrito Federal no dia 19 de outubro de 2012 em Brasília; os Conselheiros integrantes*
349 *da Comissão Eleitoral foram convocados para a reunião da citada Comissão com o objetivo de*
350 *revisar e emitir vistos nas cédulas de votação para a assembleia de eleição da sociedade civil no*
351 *CNAS gestão 2012-2014 vacância e lacre da urna no dia 23 de outubro no CNAS e para a*
352 *assembleia de eleição da sociedade civil a ser realizada no dia 24 de outubro de 2012 nesse*
353 *Conselho. O Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos foi convocado para os Seminários*
354 *Descentralizados no estado de Mato Grosso do Sul, nos dias 19 e 20 de outubro na cidade de*
355 *Itaporã Mato Grosso do Sul e nos dias 26 e 27 de outubro de 2012 na cidade de Caçilândia Mato*
356 *Grosso do Sul; os Conselheiros integrantes da Comissão de Política da Assistência Social foram*
357 *convocados para a oficina de reordenamento do serviço de convivência, fortalecimento de vínculos,*
358 *a ser realizado no dia 23 de outubro de 2012 em Brasília; a Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga*
359 *foi convocada para participação no Conselho Municipal de Assistência Social de João Pessoa a ser*
360 *realizada no dia 30 de outubro de 2012 em João Pessoa – Paraíba. Boletins Informativos do MDS*
361 *encaminhados: boletim MDS número 354, 355, 356, 357, 358. Documentos diversos: Apresentação*
362 *em Power Point da Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretária Maia*
363 *Takashi; documentos referentes ao subitem 9.6 do Acórdão TCU número 2809/2009; Apresentação*
364 *dos dados comparativos do Censo SUAS Conselhos de 2010 e 2011; comunicado da 117ª referente*
365 *à Reunião Ordinária da CIT encaminhada ao Conselheiro José Araújo da Silva; relatório*
366 *elaborado pelo Conselheiro Wagner Carneiro de Santana referente à sua participação na*
367 *Comissão Nacional Interministerial realizada no dia 14 de setembro em Brasília; relatório*
368 *elaborado pela Conselheira Jane Pereira Clemente referente a sua participação no encontro do*

369 FONACEAS, apresentação em Power Point do Conselheiro José Geraldo França Diniz, exibida na
370 última reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento de Assistência Social; Link para
371 acessar pesquisa do IPEA sobre o relatório de pesquisa do Conselho Nacional de Assistência
372 Social na visão dos seus Conselheiros; arquivos contendo as memórias pós Plenária das Comissão
373 de Política, normas e financiamento e acompanhamento aos Conselhos da assistência social;
374 pesquisa documental de entidades (ininteligível), CONCEBAS, produto elaborado pela Professora
375 Aldaíza Sposati. Apresentação em Power Point elaborado pelos Conselheiros Wagner Carneiro de
376 Santana e Léa Lúcia Cecílio Braga com o tema Subsídios ou Debate do CNAS para fortalecimento
377 dos usuários nos espaços de controle social; Resolução CNAS número 18, que regulamenta as
378 competências do CNAS, definidas no inciso III e IV do artigo 18 da LOAS; o consolidado resultado
379 da consulta pública sobre processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil no CNAS, a
380 Ata e degravação da 204ª Reunião Ordinária do CNAS, pauta da 205ª Reunião Ordinária do
381 CNAS; publicação de edital de eleição da sociedade civil para biênio 2013-2014 do CONANDA;
382 aos Conselheiros da Comissão Eleitoral; Foram encaminhados orientações às partes interessadas
383 em participarem do processo eleitoral da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência
384 Social, relatório sobre o processo de eleição da representação da sociedade civil no CNAS;
385 relatório atualizado no dia 26 de outubro às 11h sobre processo de eleição da representação da
386 sociedade civil; minutas do regimento interno; a Ata da SubComissão de Habilitação e ato de
387 homologação referentes ao processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS;
388 relação de processos para a eleição 2012-2014 vacância até 28 de setembro, kit com legislação
389 referente ao referido processo eleitoral; memória da reunião da Comissão Eleitoral, a Ata da
390 Subcomissão de Habilitação publicada no Diário Oficial da União de 10 de 2012. Outro
391 documento: relatório de participação do Conselheiro Wagner Carneiro de Santana na reunião da
392 CNI no dia 15 de outubro em Brasília; publicações de Resoluções do CNAS Portarias: Resolução
393 CNAS número 27 de 13 de setembro de 2012, que dispõe sobre o processo de eleição da
394 representação da sociedade civil no CNAS, gestão 2012-2014, para uma vaga como representante
395 do seguimento das entidades e organizações de assistência social na condição de terceiro
396 suplementar; Resolução CNAS número 28 de 13 de setembro de 2012 que institui a Comissão
397 Eleitoral de que trata o artigo 2º da Resolução CNAS número 27 de 13 de setembro de 2012; edital
398 CNAS número 2/2012 que convoca para assembleia de eleição da representação da sociedade civil
399 no CNAS gestão 2012-2014, para uma vaga como representante do seguimento das entidades e
400 organizações de assistência social na condição de terceiro suplementar; Resolução CNAS número
401 29, de 20 de setembro de 2012, seção 2012, que prorroga por mais 30 dias a partir da publicação
402 dessa Resolução o prazo fixado no artigo 4º da Resolução CNAS número 19 de junho de 2012
403 publicado na seção II do Diário Oficial da União de 13 de junho de 2012, página 48; Resolução
404 CNAS número 30, que alertou a Resolução CNAS número 27 que dispõe sobre o processo da
405 eleição da representação da sociedade civil no CNAS gestão 2012-2014, vacância. Comunicados: o
406 Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás informa que realizará no dia 09 de novembro de
407 2012 Fórum Estadual das Entidades não governamentais de assistência social no auditório da
408 Associação dos Pensionistas da Polícia e Corpo de Bombeiros de Goiás, em Goiânia; o CNAS
409 recebeu expediente datada de primeiro de outubro por meio do qual o Ministro da Saúde solicita a
410 nomeação da Sra. Maria Cristina Costa Arrochela Lobo em substituição ao Conselheiro Dário
411 Frederico Parche, representante do Ministério da Saúde nesse CNAS; o Conselho enviou
412 memorando ao CNAS, MDS, no dia 04 de outubro de 2012 com a minuta de Portaria que trata da
413 referida nomeação. Audiências realizadas: solicitante Senador José Lins no dia 11 de outubro de
414 2012 às 9h30 nesse CNAS, participaram a Secretária-Executiva, o assunto Inscrição de Entidades
415 no Conselho Municipal de Assistência Social. Providências: foram esclarecidas as dúvidas

416 apresentadas pelo Senador em conformidade com a Lei 12.101/2009, Resolução CNAS número 16
417 de 2010. Atualização no site: o site do CNAS está com nova repaginação, layout e visualização da
418 logomarca do CNAS, inserido em notícias: CNAS convida para a segunda reunião descentralizada
419 e ampliada de 2012 em Vitória; sancionada a Lei que institui o Brasil Carinhoso; CNAS tem como
420 agenda de pauta debate sobre o Brasil Carinhoso disponibilizado link para café com a Presidenta,
421 CNAS se reúne com os Conselhos Estaduais em Brasília DF; publicação sobre gestão do trabalho
422 no âmbito do SUAS; atualização da agenda do CNAS, criado banners para acesso à pauta Reunião
423 Descentralizada em Vitória e CNAS, atualização da pauta de eleição CNAS 2012-2014, pauta da
424 205-local Reunião Ordinária do CNAS; inseridos em legislação a Resolução CNAS número 30 de
425 2012 e Ata da SubComissão de Habilitação”. O Conselheiro Tiago, com a Presidente esclarecendo
426 que não havia sido realizada, apenas solicitada. **Item Relato da Comissão Eleitoral**, pela
427 Conselheira Dóris: “Memória de reunião. Comissão Eleitoral; Gestão 2012/2014, Vacância; Data:
428 01/10 e 09/10/2012. Horário: 9h às 18h. Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo ao Bloco F, Ala
429 A, CNAS. Conselheiros e Conselheiras presentes: Dóris Margareth de Jesus – Presidenta da
430 Comissão Eleitoral; Edivaldo da Silva Ramos – Vice-Presidente da Comissão Eleitoral; Aldenora
431 Gomes Gonzáles – Coordenadora da SubComissão de Habilitação; José Araújo da Silva ; Tiago
432 Barbosa Ferreira Cabral – Coordenador da Subcomissão de Recursos e Nilsia Lourdes dos Santos.
433 Secretaria-Executiva do CNAS: Regina Célia e José Ranieri. A Comissão Eleitoral teve como
434 deliberação inicial a discussão sobre a mudança do calendário eleitoral em virtude da greve dos
435 correios deflagrada no período de 19 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2012. Ficou
436 estabelecido que, afim de não prejudicar entidades que por ventura gostariam de participar do
437 pleito e tiveram dificuldades de postar a documentação, o CNAS publicaria uma resolução
438 alterando o calendário. Foi então elaborada a resolução CNAS n.º 30, com as seguintes
439 alterações: Data: 14/09/2012 a 04/10/2012 Prazo para apresentar pedido de habilitação perante a
440 Comissão Eleitoral entidades eleitoras ou eleitoras e candidatas. 09/10/2012 - Prazo final para
441 análise dos pedidos de habilitação para entidades eleitoras ou eleitoras e candidatas.; 10/10/2012
442 - Publicação no DOU da relação de representantes das entidades e organizações de assistência
443 social habilitados. 10/10/2012 a 16/10/2012 - Prazo para ingressar com recurso junto à
444 SubComissão de Recurso. 18/10/2012 Prazo final para julgamento de recursos e apreciação de
445 manifestações contrárias apresentadas. 19/10/2012 - Prazo final para publicação no DOU do ato
446 de homologação da relação de representantes das entidades e organizações de assistência social,
447 candidatas ao pleito como eleitoras/es e candidatos/as e resultado do julgamento de recurso.
448 24/10/2012 - Assembleia de Eleição. 29/10/2012 - Prazo final para publicação do resultado das
449 eleições CNAS. Até 05/11/2012 – Prazo final para a posse do Conselheiro, da Conselheira do
450 CNAS eleito para a gestão 2012/2014 para a vaga da 3ª suplência do seguimento das entidades e
451 organizações de assistência social. A seguir a Comissão passou a escolha dos Conselheiros para
452 ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão além dos Coordenadores das
453 Subcomissões de Habilitação e de Recurso ficando assim constituída: Dóris Margareth de Jesus -
454 Presidente; Edivaldo da Silva Ramos – Vice-Presidente; Aldenora Gomes Gonzáles –
455 Coordenadora da Subcomissão de Habilitação; e Tiago Barbosa Ferreira Cabral – Coordenador
456 da Subcomissão de Recursos. 1. A Comissão Eleitoral aprovou os seguintes instrumentais: Minuta
457 do Regimento Interno para Assembléia de Eleição, em anexo; Minuta do Ato de Homologação da
458 Comissão Eleitoral, em anexo; Minuta da Ata da Subcomissão de Habilitação; 2. Verificação de
459 processos. No período de 14 de setembro de 2012 a 01 de outubro de 2012 o Conselho Nacional de
460 Assistência Social - CNAS, recebeu 12 processos com a data de postagem até o dia 14 de setembro
461 de 2012. Seguiu-se uma discussão quanto ao artigo 20º, da Resolução CNAS n.º 16, de 05 de maio
462 de 2010, ficando acordado que, a entidade que apresentasse a Inscrição antiga juntamente com

463 *protocolo de renovação estaria apta a disputar¹ o processo eleitoral. Analisados os processos de*
464 *solicitação de habilitação para o Processo Eleitoral da Sociedade civil - Gestão 2012/2014, em*
465 *conformidade com o que determina a Resolução nº 4 de 14 de março de 2012. 3. Análise dos*
466 *Processos que ingressaram com requerimento após a alteração do calendário: No período de 25 de*
467 *setembro de 2012 a 04 de outubro de 2012 o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS,*
468 *recebeu 04 processos com a data de postagem até o dia 04 de outubro de 2012. Seguiu-se nova*
469 *discussão sobre o artigo 20º, da Resolução CNAS n.º 16, de 05 de maio de 2010. Ficou acordado*
470 *que, a entidade que apresentasse a Inscrição anterior a 30/04/2012 teria que juntamente com essa*
471 *Inscrição, comprovante de protocolo de nova inscrição ou Declaração do respectivo Conselho*
472 *validando a mesma. Consequentemente, as Inscrições aprovadas posteriormente a 30/04/2012,*
473 *desde que com data de validade vigente, seriam acatadas como válidas. Diante do novo*
474 *entendimento, todos os processos foram revisados juntamente à análise dos novos requerimentos de*
475 *acordo com o que determina a Resolução nº 4 de 14 de março de 2012. 4. Encaminhamentos da*
476 *Subcomissão de Habilitação. Após a conclusão dos trabalhos da Subcomissão de Habilitação, 16*
477 *(Dezesseis) processos foram considerados não habilitados, sendo 4 na condição de eleitor(a) e 12*
478 *(doze) na condição de eleitor(a) candidato(a). A Ata da Subcomissão de Habilitação foi publicada*
479 *no Diário Oficial da União dia 10 de outubro de 2012 e enviado por e-mail para as 16 entidades*
480 *para ciência, em nome da Comissão Eleitoral. Dóris Margareth de Jesus – Presidente da Comissão*
481 *Eleitoral.” Proposta de regimento interno: “Assembleia da eleição para a escolha de representante*
482 *da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – gestão 2012-2014.*
483 *Capítulo I – do Processo Eleitoral: Art. 1º) A Eleição pública da representação da Sociedade Civil para*
484 *a gestão de 2012/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, para o preenchimento de uma*
485 *vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social, na condição*
486 *de terceiro suplente, prevista nos termos do inciso II do § 1º do Art. 17 da Lei nº 8.742/1993 será realizada*
487 *no dia 24 de outubro de 2012, sob a fiscalização do Ministério Público Federal no Distrito Federal, a partir*
488 *das 9h com o credenciamento e, às 10h, com a instalação da Assembleia, no plenário do Conselho Nacional*
489 *de Assistência Social - CNAS, Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, Ala A, sala 108, Brasília/DF.*
490 *Parágrafo único - O processo eleitoral de que trata este artigo foi instituído pelo Decreto nº 5.003, de 04*
491 *de março de 2004, publicado no DOU de 05 de março de 2004, convocado por Edital nº 02, de 13 de*
492 *setembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2012, regulamentado pela*
493 *Resolução CNAS nº 4, de 14 de março de 2012 e, Resolução CNAS nº 27, de 13 de setembro de 2012, de*
494 *acordo com ato de homologação de eleitores (as) e eleitores(as)/candidatos(as) publicado no Diário*
495 *Oficial da União de 19 de outubro de 2012. Capítulo II. Do credenciamento: Artigo. 2º O credenciamento*
496 *de representantes para a participação na Assembleia terá início às 9h na entrada do plenário e término às*
497 *12h. Capítulo III – Da assembleia – Seção da Instalação da assembleia - Art. 3º A Assembleia será*
498 *instalada observada o disposto nos inciso I e II do § 3º do artigo 13 da Resolução CNAS nº 4, de 14 de*
499 *março de 2012, para a eleição da representação da Sociedade Civil no CNAS, para a gestão 2012/2014,*
500 *para uma vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social, na*
501 *condição de terceiro suplente. Seção II: Dos Trabalhos da Mesa Coordenadora. Art. 4º A Mesa*
502 *Coordenadora escolhida na forma prevista nos termos do Decreto nº 5.003/2004, terá como atribuições: a)*
503 *eleger dentre seus membros o Presidente da Mesa Coordenadora; b) ler a relação das*
504 *entidades/organizações credenciadas na condição de candidatas/eleitoras e eleitoras; c) proceder à*
505 *leitura e aprovação do Regimento Interno elaborado pela Comissão Eleitoral e aprovado*
506 *previamente pelo CNAS; d) realizar o processo de escolha dos componentes das Mesas Receptora e*
507 *Apuradora de votos, formada, cada uma, por 3 (três) representantes dos segmentos presentes e não*
508 *concorrentes ao pleito; e) coordenar o processo de apuração dos votos; f) lavrar, ler e submeter à*
509 *aprovação da Assembleia a ata, onde conste assinatura dos membros da Mesa Coordenadora,*

510 registrando o eleito terceiro suplente. Seção III - Da leitura e aprovação do Regimento Interno.
511 Art. 5º O Presidente da Mesa Coordenadora fará a leitura do Regimento Interno, sendo que,
512 durante a leitura, os participantes poderão pedir destaques para apresentar propostas de
513 alteração. § 1º Será concedido tempo de até 1 (um) minuto para apresentação dos destaques e de
514 até 2 (dois) minutos para defesa da proposta. § 2º Os artigos do Regimento Interno que não
515 tiverem destaques serão considerados aprovados, da mesma forma os destaques para os quais não
516 houver manifestação contrária. § 3º A votação do Regimento Interno será realizada por votos a
517 favor, contra e abstenções, mediante exibição do crachá fornecido no ato do credenciamento.
518 Seção IV - Do pronunciamento dos(as) candidatos(as) Art. 6º A Presidência da Mesa abrirá espaço
519 para apresentação dos(as) candidatos(as) ao pleito, cabendo a cada um/uma até 3 (três) minutos.
520 Parágrafo único - Encerradas as apresentações, terá início o processo de composição e instalação
521 das Mesas Receptora e Apuradora. Seção V - Das Mesas Receptora e Apuradora. Art. 7º Serão
522 formadas Mesas Receptora e Apuradora. § 1º A Mesa Receptora será composta, por 3 (três)
523 representantes dos segmentos que não e sejam concorrendo ao pleito. § 2º A Mesa Receptora dos
524 votos será escolhida dentre os participantes habilitados, na condição de eleitora, mediante indicação
525 de cada segmento a ser encaminhada à Mesa Coordenadora, observado o parágrafo anterior. § 3º
526 Caso não seja possível compor a Mesa Receptora, na forma do caput desse artigo, esta poderá ser
527 complementada por servidores da Secretaria Executiva do CNAS. § 4º A Mesa Apuradora se
528 constituirá por um membro da Mesa Receptora em conjunto com a Mesa Coordenadora. Artigo 8º -
529 São atribuições da Mesa Receptora: I - instalar a urna e realizar o processo de recepção de votos
530 de cada segmento; II - identificar os eleitores credenciados para votar; III - entregar as cédulas de
531 votação aos eleitores; IV - lacrar a urna após finalização da votação do segmento para entrega à
532 Mesa Coordenadora. V - elaborar Ata da respectiva Mesa receptora. Art.9 São atribuições da
533 Mesa Apuradora: I - conferir a Ata da Mesa Receptora; II - proceder à abertura da urna de
534 votação; III - proceder à contagem dos votos; IV - elaborar a Ata com resultado da votação e
535 encaminhá-la ao presidente da mesa Coordenadora. Seção VI – Da Votação. Art. 10 As cédulas
536 para a votação conterão os nomes dos participantes concorrentes ao pleito e o nome da entidade
537 que o indicou. § 1º - As cédulas serão previamente rubricadas pelos membros da Mesa
538 Coordenadora; § 2º Cada eleitor (a) poderá votar em um candidato (a), devendo ser assinalada a
539 intenção do voto com um "x" ou uma marca que identifique a intenção do voto na respectiva cédula.
540 § 3º - Qualquer manifestação diversa da estabelecida no parágrafo anterior será considerada
541 rasura, portanto sujeita a nulidade; § 4º - No caso de rasuras na cédula, será permitido o
542 fornecimento de apenas mais uma, devendo a primeira ser cancelada e depositada em envelope
543 próprio, a ser lacrado e rubricado pelos membros da Mesa Receptora e entregue, juntamente com
544 a urna, ao Presidente da Mesa Coordenadora, devendo esse ato ser registrado em ata; § 5º - A
545 votação será realizada mediante chamada dos(as) eleitores(as) conforme relação publicada no
546 Diário Oficial da União e credenciamento à Assembleia; § 6º - Cada representante qualificado
547 apresentará documento oficial de identificação e assinará a lista de eleitores(as) ao lado da urna,
548 diante das mesas Receptora e Apuradora; § 7º - Pessoas com deficiência poderão optar por emitir
549 seu voto com o apoio de pessoa que ele designar, sendo certo que, para as com deficiência visual
550 será fornecida cédula guia e relação dos(as) candidatos(as) em Braille; § 8º - Para eventual
551 procedimento de votação de desempate, será disponibilizada cédula em cor diversa das já
552 existentes, para manifestação, de próprio punho, da intenção do voto. Seção VII - Da apuração.
553 Art. 11 Concluída a votação, a Mesa Apuradora abrirá a urna em local que possibilite o
554 acompanhamento e visibilidade aos demais presentes, para início da apuração dos votos. § 1º -
555 Serão considerados nulos os votos que contenham: I - mais de 1 (um) candidato (a) assinalado; II)
556 rasuras de qualquer natureza; III) ausência da assinatura dos membros da Mesa Coordenadora. §

557 2º - Será considerado eleito como conselheiro para a vaga como representante do segmento das
558 entidades e organizações de assistência social, na condição de terceiro suplente, o candidato que
559 obtiver o maior número de votos. Art. 12 Na hipótese de empate na votação entre candidatos (as) as
560 eleitoras, que estiverem presentes efetuarão nova votação para desempate. § 1º - Será
561 encaminhado novo procedimento de votação para desempate somente entre os candidatos mais
562 votados. § 2º Permanecendo o empate de votos entre candidatos(as), será considerada, para efeito
563 da eleição, a pessoa com mais idade, de acordo com seu RG. Art. 13 Concluída a apuração dos
564 votos, a Mesa Coordenadora lavrará a ata e proclamará o eleito (a). § 1º A ata aprovada,
565 contendo o resultado da eleição, registrando inclusive a presença do Ministério Público Federal do
566 Distrito Federal, será assinada pelos componentes da Mesa Coordenadora e encaminhada à
567 Presidência do CNAS para publicação no Diário Oficial da União. § 2º - 2º Uma via da ata será
568 encaminhada à Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, visando
569 providências para a posse do representante da sociedade civil no CNAS - Gestão 2012/2014, para
570 uma vaga como representante do segmento das entidades e organizações de assistência social, na
571 condição de terceiro suplente. Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação da
572 Mesa e referendados pela Assembléia. Presidente da Comissão Eleitoral. Minuta: Ato De
573 Homologação Da Comissão Eleitoral - eleição da sociedade civil no CNAS - gestão 2012/2014 –
574 vacância. Aos dezoito dias do mês de outubro 'de dois mil e doze, a Comissão Eleitoral de acordo
575 com as atribuições previstas no art. 2º da Resolução CNAS nº 4, de 14 de março de 2012,
576 publicada no Diário Oficial da União em 14 de março de 2012 e Resolução CNAS nº 27, de 13 de
577 setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2012 que dispõe
578 sobre o processo de eleição da representação da Sociedade Civil para o preenchimento de uma
579 vaga como representante do segmento das ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA
580 SOCIAL, na condição de terceiro suplente, após conclusão dos trabalhos da SubComissão de
581 Habilitação e SubComissão de Recursos, faz publicar o seguinte Ato de Homologação da relação
582 das entidades e organizações de assistência social habilitadas a designarem candidato(a) e as
583 eleitoras para participar da Assembleia de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil no
584 CNAS - Gestão 2012/2014, na forma do calendário eleitoral aprovado pelo Edital nº 2, de 13 de
585 setembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 14 de setembro de 2012, modificado
586 pela Resolução CNAS n .. xx:” A Conselheira Dóris explicou que esse documento só estaria pronto
587 no final da tarde, quando seria encaminhado para o Diário Oficial. O Conselheiro Tiago, tendo em
588 vista que a Comissão de Habilitação e de Recursos já havia se reunido e o número de entidades,
589 propôs de que o período do processo eleitoral fosse reduzido. Após algumas colocações, a
590 Secretária-Executiva esclareceu o procedimento, com a Comissão eleitoral podendo agilizar os
591 trabalhos. A seguir, em não havendo mais nenhuma manifestação, a Presidente considerou
592 aprovado pelo pleno o relato da Comissão Eleitoral. Item Informes do MDS e da CIT, pela
593 Conselheira Simone representando a Secretária Denise: “Bem, Presidenta, farei os informes do
594 Ministério e por solicitação do Conselheiro José Araújo também farei os informes da Comissão
595 Intergestores Tripartite. Primeiro gostaria de informar aos Conselheiros e Conselheiras acerca do
596 programa BPC trabalho, o programa BPC Trabalho foi instituído pela Portaria Interministerial
597 MDS, MEC e Ministério do Trabalho, SDH, a Portaria número 02, de 02 de agosto de 2002. É uma
598 iniciativa do governo federal que tem como objetivo promover o protagonismo e a participação dos
599 beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social com
600 idade prioritariamente entre 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da
601 autonomia, acesso à Rede Socioassistencial, e de outras políticas à qualificação profissional e ao
602 mundo do trabalho. O programa é executado por meio de ações articuladas entre o MDS, o MEC,
603 o Ministério do Trabalho e Emprego, e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da

604 *República. Envolvendo o compromisso da União, dos estados, do Distrito Federal e dos*
605 *municípios. O programa BPC Trabalho entrega as ações do Plano Nacional dos direitos da pessoa*
606 *com deficiência, Viver Sem Limite, que visa promover a inclusão social e autonomia da pessoa com*
607 *deficiência possibilitando acesso a bens e serviços. As principais ações do programa BPC*
608 *Trabalho consiste em: 1) Identificar através de buscas os beneficiários do BPC com deficiência,*
609 *realizar diagnóstico de sensibilização e avaliação em relação ao interesse e possibilidade de*
610 *participação no programa; e acompanhamento da pessoa com deficiência beneficiário do BPC e de*
611 *suas famílias com a finalidade de garantir oferta de benefícios e serviços, e encaminhamento e*
612 *qualificação profissional e ao mundo do trabalho, bem como as demais políticas públicas. Essas*
613 *ações são realizadas pelas equipes técnicas, equipes de referência dos Centros de Referência de*
614 *Assistência Social que também é responsável por articular com o Programa Nacional de*
615 *promoção, acesso ao mundo do trabalho, o ACESSUAS Trabalho, as ações de encaminhamento de*
616 *peças com deficiência e beneficiários do BPC aos cursos de qualificação profissional. No âmbito*
617 *do plano Viver Sem Limite as metas previstas até o ano de 2014 referente ao BPC Trabalho que*
618 *estão sobre a responsabilidade do MDS são: Então as metas até 2014. Realizar 100 mil visitas*
619 *domiciliares aos beneficiários do BPC, tem 50 mil beneficiários inseridos na rede de serviços*
620 *socioassistencial e de outras políticas. Por meio das ações articuladas entre os Ministérios*
621 *envolvidos nos programas, espera-se que 4000 beneficiários sejam inseridos em curso de*
622 *qualificação profissional até 2014. O MDS apresentou na reunião da CIT no mês de novembro de*
623 *2012 as metas correspondentes aos entes federados para a consecução das metas globais até 2014.*
624 *Informe também que nos dias 19 e 20 de novembro de 2012 será realizado o II Encontro do BPC*
625 *Trabalho com o objetivo de apresentar os resultados da experiência piloto realizada em nove*
626 *municípios e apresentar a proposta do programa de suas ações e estratégias para ampliação a*
627 *toda as capitais e municípios de grande porte do país, dado o caráter intersetorial do programa o*
628 *encontro contará com a presença de representantes do MEC, Ministério do Trabalho e da*
629 *Secretaria de Direitos Humanos, além dos representantes da Secretaria de Assistência Social das*
630 *capitais de todos os estados, e claro, também aqui desse Conselho Nacional. Mais informações*
631 *acerca do programa pode se obtido pelo e-mail: bpctrabalho@mds.gov.br. Também quero*
632 *informar aos Conselheiros do Conselho Nacional que foram realizadas nas cinco regiões do país*
633 *reuniões da agenda da gestão do trabalho do SUAS. Na região Centro-Oeste no dia 05 de setembro*
634 *na cidade de Campo Grande – Mato Grosso do Sul; no dia 17 de setembro a região Norte, na*
635 *cidade de Macapá; no dia 27 de setembro conjuntamente as regiões Sul e Sudeste, na bela e*
636 *maravilhosa cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais; e no dia 1º de outubro na cidade de Recife,*
637 *na região Nordeste. As reuniões técnicas regionais objetivou pautar os desafios dessa área e*
638 *propor uma agenda propositiva focalizando o debate dessa agenda no programa Capacita SUAS e*
639 *o processo de execução e ainda os encaminhamentos necessários para o aprimoramento da agenda*
640 *coletiva. Resultados alcançados: As reuniões com as várias regiões do país potencializou as*
641 *equipes estaduais para execução e acompanhamento do programa possibilitou envolvimento dos*
642 *Departamentos jurídicos dos entes estaduais do processo de elaboração e viabilização do processo*
643 *de contratação das instituições de ensino superior, habilitadas e integrantes da rede nacional de*
644 *capacitação e educação permanente do MDS, reafirmou a CIB como instância de pactuação dos*
645 *critérios de seleção dos trabalhadores em consonância ao pactuado na CIT e aprovado por esse*
646 *Conselho para participação nos cursos que serão oferecidos na primeira etapa do Capacita SUAS.*
647 *Também concluiu sobre a necessidade de formulação por meio dos entes federados de termos de*
648 *compromissos entre os entes, estaduais e municipais, com compromisso para efetivar o Capacita*
649 *SUAS e também com compromisso da permanência dos trabalhadores nos cursos. Também*
650 *concluiu pela convergência dos planos de capacitação do SUAS dos estados e Distrito Federal em*

651 *consonância com as responsabilidades dos entes frente ao Programa Nacional de Capacitação do*
652 *SUAS, o Capacita SUAS. Brevemente espero que o Departamento através da coordenação da*
653 *gestão do trabalho possa apresentar aos senhores e senhoras não só um balanço da implantação*
654 *do Capacita SUAS no Brasil, mas também do balanço do estudo que estamos fazendo dos planos*
655 *estaduais de capacitação. Também foi discutida e elaborada uma agenda comum entre os entes*
656 *federados, o Ministério, estados e Distrito Federal para o monitoramento e avaliação do Capacita*
657 *SUAS. Informo também que é uma informação importante, que foi encerrado, nós fechamos o plano*
658 *de ação 2012 para os Conselheiros que não sabem o plano de ação é um plano informatizado com,*
659 *onde os Secretários Municipais e Estaduais e os respectivos Conselhos aprovam as metas com os*
660 *recursos repassados pelo Ministério que serão utilizados no âmbito municipal e estadual. Então*
661 *nós tivemos do plano de ação 94,12% de aprovação do plano de ação e também na prestação de*
662 *contas nos demonstrativos, o valor correlato. Nós tivemos nenhuma reprovação do plano de ação*
663 *pelos Conselhos de Assistência Social, e no demonstrativo nós temos 4 reprovações dos Conselhos*
664 *de assistência social, claro que isso está sendo checado por nós ainda se é erro de informação, se*
665 *é, qual é o fato pela não aprovação das contas pelos Conselhos de Assistência Social. Quero*
666 *também informar aos senhores que está aberto o Censo SUAS 2012, o Censo SUAS 2012, ele está*
667 *aberto e nós vamos ter uma pequena mudança aí na nossa agenda, porque nós aumentamos um*
668 *pouco mais as perguntas do Censo SUAS, então nós vamos disponibilizar os questionários para a*
669 *gestão municipal e os Conselhos estaduais e municipais do dia 31 de outubro a 30 de novembro,*
670 *peço aí à nossa Presidenta Luziele que ela possa, por favor, colocar um SUAS Informa com o*
671 *CNAS Informa informando essa mudança de data aos Conselhos Municipais e Estaduais. Quero*
672 *informe também aos senhores que nós, o Ministério vai realizar o primeiro encontro nacional com*
673 *o Fórum Nacional de Secretários Nacionais de Assistência Social e o primeiro encontro de*
674 *acompanhamento e apoio à gestão descentralizada do SUAS. Então o Ministério vai fazer o*
675 *encontro com o FONSEAS. Esse encontro será no dia 04 de dezembro, no dia 04, 05 e 06 de*
676 *dezembro, o Conselho Nacional já foi convidado, e a pedido da nossa Presidenta também serão*
677 *convidados por esse Conselho os 26 Conselhos estaduais e o Conselho do Distrito Federal. Bem, a*
678 *abertura do encontro com o FONSEAS será às 18h do dia 04 de dezembro, informo antes*
679 *Presidente e vice, e Conselheiros, que a CIT do mês de dezembro também será realizada na*
680 *horrrível cidade de João Pessoa, no tedioso estado da Paraíba. Onde se leia João Pessoa horrrível,*
681 *entenda-se maravilhosa, aonde se lê Paraíba tenebroso, leia-se divino e maravilhoso. Bem, vamos*
682 *aqui, desculpa Presidenta. Nós teremos então no dia 04 de dezembro a abertura às 18h30 uma*
683 *Conferência acerca da proteção social no Brasil e enfrentamento da pobreza, pacto federativo no*
684 *âmbito do SUAS ser coordenado pela Presidenta Maria Aparecida do FONSEAS com a presença*
685 *da nossa Ministra Tereza Campello, com o Presidente do IPEA e a Professora Aldáza Sposati.*
686 *Também será lançada nesse dia uma revista do FONSEAS com os temas debatidos nesse encontro.*
687 *No dia 05 de dezembro nós teremos uma discussão sobre a Norma Operacional Básica do SUAS,*
688 *eu acho que uma discussão, uma apresentação do resultado de todo o debate de discussão da NOB.*
689 *Com a presença da nossa Secretária Denise Colin, da Secretária Tânia Garib do FONSEAS e da*
690 *Professora Berenice Rajis Couto da PUC Rio Grande do Sul. Nós teremos também no dia 05 de*
691 *dezembro mesas simultâneas com debates acerca das questões Assistente Social e sistema de*
692 *justiça, Política Nacional de Educação Permanente e a implantação dos planos estaduais, a*
693 *construção da rede nacional de educação permanente, a relação SUAS SINASE e a centralidade*
694 *das medidas em meio aberto, territórios e desenvolvimento regional, gestão da informação no*
695 *SUAS, vínculo SUAS na composição da Rede Socioassistencial, regionalização de serviços e*
696 *experiência estadual, Comissão Intergestora Bipartite, Organização e competência, inserção dos*
697 *usuários no mundo do trabalho, ACESSUAS, assistência social no contexto dos planos nacional,*

698 *Viver Sem Limite, enfrentamento ao crack e outras drogas e reordenamento do serviço de*
699 *acolhimento institucional. Teremos no dia 09 de dezembro então o debate sobre apoio técnico e*
700 *acompanhamento, nós teremos uma discussão sobre coordenação federativa no Brasil com a nossa*
701 *Secretária e o Professor Arbrúcio e à tarde nós teremos uma discussão sobre a acompanhamento e*
702 *apoio à gestão descentralizada do SUAS, concepção, instrumentos e prioridades, que estaremos*
703 *nessa mesa, eu, a Presidenta Luziele, o FONSEAS e o CONGEMAS”. Informes da CIT: “A CIT se*
704 *dedicou à pactuação final da NOB, então eu informo que a NOB foi pactuada na CIT e seu texto*
705 *entregue ao Conselho Nacional de Assistência Social. Também foi levado pelo Departamento de*
706 *Proteção Especial uma repactuação, nem é uma pactuação, é uma repactuação, uma mudança de*
707 *critérios acerca dos Centros de Referência Especializados Regionais de Assistência Social que foi*
708 *discutido na Comissão de Financiamento e será trazido aqui nesse Conselho no relato dessa*
709 *Comissão”. Reforçou que o encontro do dia 23 era uma oficina sobre os serviços de convivência e*
710 *fortalecimento de vínculos, estando convocados todos os Conselheiros da Comissão de Política. A*
711 *Conselheira Nilsia, observando que a Comissão Eleitoral se reuniria no mesmo dia, destacando a*
712 *necessidade que os Conselheiros participassem dessa oficina, com a Presidente indicando que essa*
713 *situação seria vista mais tarde. O Conselheiro Anderson lamentou não poder participar dessa*
714 *oficina, informando a realização do 11º Festival da Cidadania nos dias 21 a 26, solicitando a entrega*
715 *do material desse evento. **Item Informes do CONGEMAS.** A Conselheira Marisa informou sobre*
716 *o encontro do CONGEMAS na região Nordeste, com o Presidente tendo enviado o convite para o*
717 *CNAS participar da Mesa de Abertura no dia 31 de outubro, no Painel Central sobre Financiamento*
718 *do SUAS e desigualdades regionais e a gestão municipal. Que havia sido discutida a participação de*
719 *todos os encontros a serem realizados em 2013, relatando como seria feito esse debate. Indicou que*
720 *no dia 1º haveriam sete oficinas, dentre as quais haviam uma direcionada ao CNAS, sobre gestão*
721 *do SUAS e o controle social, indicando o tema das demais oficinas. Ressaltou a importância da*
722 *presença do Conselho em todos os encontros regionais, culminando com o encontro nacional em*
723 *2013, esperando a confirmação do CNAS. A Presidenta justificou a ausência das Conselheiras*
724 *Meive e Eloiana, não sendo realizado o Informe do FONSEAS, abrindo para os demais*
725 *Conselheiros. O Conselheiro Anderson informou que no dia 1º de novembro haveria o segundo*
726 *seminário de pessoas em situação de rua, com o tema intersetorialidade, em Porto Alegre e Novo*
727 *Hamburgo, no RS. Relatou que do dia 22 a 26 de outubro aconteceria o 11º Festival Lixo e*
728 *Cidadania em Belo Horizonte, com a presença da Presidenta da República. Manifestando questão*
729 *de ordem, solicitou à Presidenta um requerimento de todos os serviços e recursos que o MDS*
730 *repassava aos municípios, informando o recebimento de denúncias sobre a questão, relatando a*
731 *situação e a devolução de recursos por falta de utilização do recurso, apesar da população muito*
732 *necessitada. A Conselheira Simone informou ao Conselheiro Anderson que essas informações*
733 *estavam na *internet*, sendo acompanhadas por todos os Conselhos Municipais e Estaduais através*
734 *do SUAS Web. Indagou se todos os Conselheiros Nacionais tinham a senha de acesso, conforme*
735 *havia sido acordado quando da posse do Conselho. Indicou que no INFOSUAS também poderiam*
736 *consultas os repasses feitos do Fundo Nacional para os Fundos Estaduais e Municipais. Que isso*
737 *não impedia que a solicitação específica fosse feita pelo Conselheiro Anderson, mas que era*
738 *importante que a Comissão de Acompanhamento de Conselhos pensasse em uma forma de dar*
739 *visibilidade aos repasses feitos pelo MDS, mas que os Conselheiros deveriam utilizar as*
740 *informações contidas no SUAS Web. O Conselheiro Anderson observou que havia tentado, mas*
741 *não havia conseguido acessar o Sistema, indicando a necessidade dessas informações. A Presidenta,*
742 *com relação aos Sistemas, poderia fazer um pequeno *workshop* para os Conselheiros, com a*
743 *Conselheira Simone colocando sua equipe à disposição. A Conselheira Margareth informou que o*
744 *Fórum Nacional de Trabalhadores da Assistência Social realizaria o primeiro seminário nacional do*

745 em Brasília, nos dias 14 e 15 de dezembro, sem local definido ainda, mas com o tema
746 “Trabalhadores do SUAS, Identidade e Representação nos espaços Públicos”, com três mesas, a
747 primeira, “Representação e Representatividade dos Trabalhadores do SUAS”, a segunda, “Mesas de
748 Negociação”, trazendo algumas experiências municipais, estados e do SUAS, e, terceira, sobre
749 representação dos trabalhadores do SUAS no controle social, buscando resgatar a história da
750 organização dos trabalhadores do SUAS, encaminhando o material para o CNAS assim que ficasse
751 pronto. Indicou a realização do IV Congresso Nacional da Federação Nacional dos Assistentes
752 Sociais, IV CONFENAS, em Brasília nos dias 28, 29 e 30 de novembro, no Hotel Nacional, com o
753 tema “Valorizando o Assistente Social na consolidação das políticas públicas”, com o painel
754 principal sendo sobre Análise de Conjuntura do Processo de Organização da classe trabalhadora e a
755 importância da seguridade social, ademais de uma mesa com a Diretora do DGSUAS. Indicou a
756 presença do Professor Msader, que falaria sobre o pensamento de esquerda, relançando seu livro no
757 evento. O Conselheiro Anderson colocou como a população de rua era maltratada, relatando o fato
758 acontecido em Belo Horizonte, onde um morador de rua havia sido queimado, com a Presidenta
759 manifestando a solidariedade do Conselho. Prosseguindo, o Conselheiro Anderson informou a
760 eleição de um ex-morador de rua para vereador em Varginha, assim como em Santa Catarina,
761 conforme informado pelo Conselheiro José da Cruz. O Conselheiro Fábio complementou que no
762 Festival lixo e cidadania o Departamento de Produção Social Especial promoveria uma oficina para
763 discutir especificamente a questão do trabalho infantil nos lixões, discorrendo sobre o fechamento
764 dos mesmos. O Conselheiro Edivaldo solicitou uma salva de palmas em comemoração ao dia do
765 professor, com a Presidenta passando ao **Item Relato da Presidência Ampliada**, realizada no dia
766 anterior: *“Estiveram presentes todos os Conselheiros Coordenadores, titulares, com exceção do*
767 *Conselheiro Volmir, que não pôde chegar, sendo substituído pelo Conselheiro Ademar Bertucci,*
768 *que é Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento. Pela Secretaria-Executiva nós tivemos*
769 *a presença da Secretária Executiva e da Assessora de gabinete, a Thaís Braga. Ausências*
770 *justificadas, como eu já disse do Conselheiro Volmir. A nossa pauta: 1) Solicitação de divulgação*
771 *de publicações, notas, avisos e comunicados de órgãos colegiados, entidades governamentais,*
772 *movimentos sociais e mídias independentes. O CNAS é hodiernamente solicitado por entidades, por*
773 *movimentos, por organismos institucionais, administrativos para a divulgação dos seus*
774 *informativos, dos seus eventos etc. A gestão anterior tinha como parâmetro não socializar, não*
775 *fazer da mala direta do CNAS uma mala que qualquer tipo de demanda pudesse ser lançada, até*
776 *porque isso nós não tínhamos condição, inclusive tecnológica disso, já que é muita, é sempre muita*
777 *demanda. Nós achamos por bem reavaliar essa situação, justamente por ocasião das solicitações*
778 *de Conselheiros que mandam lógico os seus informativos e pedem ampla divulgação. Então o que*
779 *nós estamos entendendo na Presidência Ampliada, nossos encaminhamentos, foi que essa*
780 *divulgação de materiais informativos e publicações recebidas pelo CNAS sejam repassadas apenas*
781 *para os Conselheiros nacionais, e os Conselheiros nacionais por sua vez para as suas diferentes*
782 *redes. Então nada vai ficar aqui, a gente vai repassar, porém não vai passar com maior amplitude,*
783 *esse foi o encaminhamento consensuado pela Presidência Ampliada. O segundo item foi sobre a*
784 *reunião ampliada e descentralizada do CNAS em Vitória. Alguns informes. Sobre estrutura. Eu e a*
785 *Secretária Executiva Maria de Mercês estivemos em Vitória, visitamos o local onde acontecerá a*
786 *Reunião Ampliada e Descentralizada, que será nos dias 06, 07 e 08 de novembro, e com relação à*
787 *estrutura, nós temos um auditório para 500 pessoas, temos sete salas para oficinas, temos uma sala*
788 *para os Conselheiros do CNAS, temos uma sala para a Secretaria-Executiva, que faltou aí a gente*
789 *colocar. Então o lugar é bastante agradável, é um lugar bastante adequado para a realização da*
790 *Reunião Descentralizada. Nós nos reunimos no centro de convenções com os responsáveis pelo*
791 *centro de convenções para verificar nossas possibilidades, nossas demandas, junto evidentemente*

792 com a Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de Vitória, a quem quero
793 efetivamente agradecer pela acolhida, pelo trabalho desempenhado, não só pelo Conselho
794 Estadual, mas pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, que tem, não tem
795 diminuído qualquer tipo de esforço para que tudo saia correto. Quero que fique gravado nos anais
796 dessa Reunião Ordinária o grande empenho que a Secretaria de Estado e o Conselho Estadual com
797 os Conselheiros estão fazendo para a realização dessa Reunião Descentralizada. Depois dessa
798 visita nós fomos para o Hotel Golden Tulip Porto Vitória, onde será realizada a nossa reunião do
799 dia 08, a reunião do dia 08 é uma Reunião Ordinária do CNAS, então é um lugar menos, todas as
800 pessoas, a maioria das pessoas está acostumada a conhecer 06 e 07, ela é ampla, ampliada no
801 auditório etc., e 08 é uma reunião mais com menor número de participantes, com todo o Conselho
802 Nacional e com menor número de participantes. O local, ele é, além de ser muito agradável, ele é
803 um local que atende a também adequadamente para a nossa Reunião Ordinária. Então nós não
804 temos nenhum problema de estrutura física para a realização do evento. Com relação a vagas, a
805 Presidência do CNAS vai se articular com a Presidência do CEAS, verificar a possibilidade de
806 ampliação de vaga para os inscritos constantes da lista de espera. Nós abrimos o sistema de
807 inscrição, Srs. Conselheiros, na quinta-feira dia 11, não, na quarta-feira dia 10... (intervenção fora
808 do microfone) Dia 10 à tarde, no final da tarde, na segunda-feira nós já tínhamos todas as vagas
809 preenchidas. E nós temos uma lista de espera bastante considerável. Então é de se supor que essa
810 reunião só pelo interesse já começa a suscitar aí uma expectativa de que será uma reunião
811 realmente bastante concorrida, assim como nós pretendemos que seja. Só para que os senhores
812 terem uma ideia, nós negociamos, como também é de praxe, que a cidade, o Conselho que sedia a
813 reunião tem um número de vagas para trabalhar, em geral é 200 vagas, alguma coisa desse tipo,
814 mas nós conseguimos negociar 150 vagas apenas para o Espírito Santo. Mas nós já temos 100 no
815 Espírito Santo, 458 inscritos e uma fila de espera de quase 200 pessoas. Então essas situações nós
816 vamos trabalhar, porque se nós formos somar tudo isso nós já atingimos um número de 800
817 participantes. A programação e as ementas, ontem na reunião da Presidência Ampliada nós
818 definimos que vamos fazer as ementas da Presidência Ampliada, nós vamos dar já elaboráramos
819 uma metodologia para a produção das ementas, e depois apresentaremos aqui no Plenário,
820 inclusive já com indicação de nomes etc., para que o Plenário valide, opine etc., mas a ementa
821 daquela agenda que nós deliberamos lá no outro pleno, elas serão definidas agora nesse
822 interstício. Até porque nós temos que fazer convites, etc. Está bom? Muito provavelmente essa será
823 uma comunicação via e-mail por conta do tempo, já que a gente só vai se encontrar agora em
824 novembro lá. O terceiro item de pauta foi sobre a nona Conferência Nacional de Assistência
825 Social”. A Conselheira Leila complemento, em relação à Reunião Ampliada e Descentralizada em
826 Vitória, tendo feito uma pesquisa no Hotel Golden Tulip de valores de diárias, para a Sociedade
827 Civil, podendo informar aos demais Conselheiros que quisessem ficar no mesmo local durante a
828 reunião do dia 08. A Presidenta informou que quando conseguissem fechar o pacote de
829 hospedagem, repassaria as informações para os Conselheiros. Prosseguiu com o relato:
830 “Encaminhamento com relação à IX Conferência Nacional será apresentada uma minuta de
831 Portaria de convocação da IX Conferência Nacional a ser publicada em dezembro de 2012. Nós
832 conversamos na Presidência Ampliada Srs. Conselheiros e Sras. Conselheiras, que nós vamos
833 solicitar que a Portaria de convocação da IX Conferência Nacional seja assinada pela Sra.
834 Ministra e pela Sra. Presidenta do CNAS na ocasião da Reunião Descentralizada no palco, com
835 pompas e circunstâncias, inclusive para chamar os participantes e dizer aos participantes que eles
836 não são só congressistas, mas construtores desse que é a maior instância de debate e deliberação
837 da nossa política. Então nós já estamos em contato com o gabinete da Ministra, nós já temos uma
838 minuta de Portaria, que será imediatamente levada, publicada no Diário Oficial com o tema da

839 Conferência para que a gente possa estar pensando aí justamente a questão da Comissão
840 Organizadora, que cujo assunto terá que ser pauta da próxima reunião em Vitória. O quarto item,
841 a Portaria eu acho que está anexa, não está? Aí no papel... Acho que não precisa distribuir, porque
842 é uma Portaria muito simples e muito formal de convocação, etc. Certo? Então essa assinatura
843 conjunta foi uma ideia que surgiu na Presidência Ampliada e que acho que é bastante interessante.
844 O quarto ponto de pauta foi o calendário da discussão da NOB SUAS, a Presidência Ampliada tem
845 uma sugestão a fazer, que é a seguinte, como nós temos, nós ontem fizemos um pouco a métrica,
846 nós conseguimos medir a pulsação do debate da NOB, todas as falas indicaram o fato indicaram a
847 realidade que a NOB pode vir a ser discutida ainda mais evidentemente dos pontos de
848 aprofundamento, mas que ela não é uma discussão que se erra, alargará por muito tempo. Então
849 nesse sentido a Presidência Ampliada sugere a ampliação de datas para a realização da 207ª
850 Reunião Ordinária do CNAS, que originalmente seria nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2012,
851 com a inclusão do dia 10 para a discussão da NOB, o dia inteiro. Então ao invés de os senhores
852 chegar aqui para o dia, apenas para o dia 11 para a realização das reuniões de Comissão, os
853 senhores chegariam para o dia 10, para que nós pudéssemos passar o dia discutindo a NOB e
854 também utilizaríamos o espaço da Comissão para a discussão da NOB. Essa sugestão Srs.
855 Conselheiros e Sras. Conselheiras, ela foi emanada da nossa priorização do debate e da avaliação
856 da NOB, foi isso que nos fez pensar assim, está bom? Isso a gente passa depois para conversar.
857 Item cinco”. Aparteando, a Conselheira Leila citou a colocação da Conselheira Simone, da
858 oportunidade de participar da discussão da NOB que havia acontecido em dois momentos, primeiro
859 na CIT, com o olhar da gesta, e depois no CNAS, com um olhar do controle social, discorrendo
860 sobre a riqueza desses momentos. A Presidenta prosseguiu com o “Item cinco: , consultorias do
861 CNAS, foram apresentadas aos membros da Presidência Ampliada os nomes e produtos das
862 Consultoras contratadas para assessorar o CNAS aos membros da Presidência Ampliada.
863 Consultora Maria Cristina Abreu, objetivo do produto: elaborar manual de Planejamento do
864 Controle Social do Sistema Único de Assistência Social - SUAS sobre o planejamento da execução
865 das competências dos conselhos da assistência visando o exercício efetivo de suas competências de
866 controle social da Política de Assistência Social.” Pode concertar aí Silvani, “visando o exercício”.
867 “- Consultora Mariângela Ribeiro. Objetivo do Produto: Revisão, avaliação e complementação da
868 Cartilha 1/Orientação acerca dos Conselhos e do controle social da política pública de assistência
869 social” e da Cartilha 2 "Implicações do SUAS e da Gestão descentralizada na atuação dos
870 Conselhos de Assistência social" e elaboração da Cartilha 3, que tratará do controle social dos
871 Conselhos à inscrição das entidades de assistência social. - Consultora Raquel Martins. Objetivos
872 do Produto: Organizar o conjunto normativo que está diretamente relacionado às atividades do
873 CNAS, com a compilação aliada a uma construção lógico- normativa de ordenar e hierarquizar
874 tais instrumentos normativos de forma a facilitar a consulta a estes instrumentos legais, bem como
875 tornar a busca clara e ágil; Realizar levantamento de todas a Resoluções do CNAS, apontando a
876 vigência e a revogação, traçando a correlação das legislações vigentes; Levantamento das ações
877 em tramitação na justiça federal e nos tribunais superiores afetas à Política de Assistência.
878 Encaminhamento: Os produtos serão analisados pelos coordenadores das Comissões e
879 apresentados à Presidência Ampliada para posterior conhecimento aos Conselheiros. 6. Pauta da
880 205ª reunião ordinária do CNAS dia 08/11/2012 (anexo B). 7.1 Convite SESAN - Comitê
881 Consultivo do Programa de Aquisição de Alimentos. A Secretaria Nacional de Segurança
882 Alimentar e Nutricional solicita ao CNAS a indicação de dois representantes (titular e suplente)
883 para compor o Comitê Consultivo do Programa de Aquisição de Alimentos. O Comitê Consultivo
884 terá por finalidade o assessoramento e o acompanhamento das atividades do PAA, em articulação
885 com as atividades do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GPAA de forma a: I.

886 *manter canal de diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil sobre a*
887 *implementação do PAA; II - constituir grupos especializados em temas para detalhamentos e*
888 *subsídios às decisões do GPAA; e III - sugerir aprimoramentos na execução do programa ao*
889 *GGPAA. Encaminhamento da Presidência Ampliada. - Os nomes serão indicados pelo governo e*
890 *sociedade civil. 7.2 Reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS-DF.*
891 *Conforme deliberado, na reunião da Presidência Ampliada de setembro de 2012, participarão da*
892 *reunião com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e CAS-DF:” Releu a deliberação da*
893 *sessão anterior. "A Presidência Ampliada propõe institucionalizar reunião de pauta permanente*
894 *com os conselhos estaduais, municipais das capitais e do Distrito Federal, com o objetivo de criar*
895 *uma relação direta de escuta, debate e fortalecimento dos conselhos de assistência social. A*
896 *sugestão é que a li! Que a reunião seja realizada em outubro de 2012 (datas sugeridas 9, 15 ou*
897 *19/10), com a presença dos presidentes dos conselhos estaduais e municipais das capitais e do DF,*
898 *e dos membros da Presidência Ampliada do CNAS. Foi proposta a seguinte pauta: Apresentação*
899 *da agenda do Plano de Ação do CNAS, Orientações aos CAS quanto aos dados do CENSO SUAS*
900 *2011 de cada estado. Discutiu-se ainda a possibilidade de agendar visita aos CEAS durante as*
901 *reuniões ordinárias daqueles conselhos". 7.3 Operação Fariseu da Polícia Federal. A*
902 *CONJUR/MDS por meio da Nota nº0154/2012 informa que o inquérito policial referente à*
903 *"Operação Fariseu" foi encerrado tendo dado ensejo à ação penal/denúncia consubstanciada no*
904 *Processo nº2008.34.00.025783-5, em tramitação na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do*
905 *Distrito Federal. 7.4 Questão do Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único da*
906 *Assistência Social – FNTSUAS Os/as Conselheiros/as Edivaldo da Silva Ramos, Carlos Rogério,*
907 *Thiago Cabral, Maria Aparecida Godoi, Jane Clemente, Margareth Alves, integrantes do Fórum*
908 *Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social, enviaram carta à Presidência*
909 *do CNAS solicitando a disponibilização de diárias e passagens para que os mesmos participem da*
910 *reunião do Fórum nos dias 19 e 20 de outubro e nos dias 14 e 15 de dezembro de 2012. Em*
911 *resposta, a Presidência expediu Ofício nº 50/2012/PRES/CNAS/MDS comunicando que não há*
912 *suporte legal no âmbito da administração pública federal que permita solicitar a concessão de*
913 *diárias e passagens para colaboradores de eventos que não estejam convocados como*
914 *representantes do CNAS para exercer participação. 7.5 III Fórum Interconselhos: Participação*
915 *Social nos Processos do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal. A Secretaria Nacional de*
916 *Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República e a Secretaria de*
917 *Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão*
918 *solicitaram ao CNAS a indicação de 2 (dois) representantes, exclusivamente da sociedade civil,*
919 *preferencialmente integrantes das câmaras/Comissões/grupos de trabalhos de planejamento,*
920 *orçamento, monitoramento e/ou acompanhamento, para participar da reunião realizada nos dias 7,*
921 *8 e 9 de novembro de 2012 em Brasília. Em virtude de coincidir com a 2ª Reunião Ampliada e*
922 *Descentralizada do CNAS nós precisaremos informar que não será possível a participação do*
923 *CNAS em tal evento. 7.6 Representação do CNAS na Câmara Técnica do Programa ACESSUAS:*
924 *Designado o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos. 7.7 Representação do CNAS na Comissão*
925 *organizadora da III Conferência Global do Trabalho Infantil Indicadas as conselheiras Leila*
926 *Pizzato e Margarida Munguba.” A seguir, passou à discussão por item, indicando o dois, com o*
927 *Tiago indagando se eram 850 vagas, com a Presidenta informando os procedimentos para tentar*
928 *incluir e não excluir. Item três, IX Conferência Nacional de Assistência Social. Item quatro,*
929 *calendário de discussão da NOB, com a sugestão de adiantar para o dia 10, de maneira a ter mais*
930 *um dia para a discussão da NOB. A Conselheira Márcia, posicionou-se como Coordenadora da*
931 *Comissão de Acompanhamento e Benefícios e Transferência de Renda, informando que teriam uma*
932 *reunião com a Comissão de Política no dia 10, quando definiriam a pauta e o planejamento. Que*

933 como se reuniam de três em três meses e como teriam uma Reunião Extraordinária em fevereiro
934 para trabalhar esse planejamento, propunha que fizessem essa reunião com a Comissão de Política
935 em fevereiro e também ordinariamente em março, para que pudessem postergar por mais um mês,
936 mas sem prejudicar o planejamento da NOB, com a Comissão concordando com essa proposta. Item
937 cinco, sem nenhum questionamento. Item seis, pauta da 205ª Reunião Ordinária do CNAS dia
938 08/11, anexo B, com a pauta tratando apenas da aprovação da Ata e da pauta da 206ª, informes da
939 Presidência, relato das Comissões, observando serem relacionados à pauta da NOB. Indicou que a
940 pauta da Reunião Ordinária em Vitória, no dia 08, seria o relato das Comissões, conforme as
941 discussões realizadas. A Conselheira Léa indagou o tema em tela, com a Presidenta esclarecendo
942 ser a pauta da Reunião Ampliada, com a Conselheira registrando a solicitação para que fosse
943 analisada a possibilidade de ter uma oficina sobre a integração de benefícios e serviços no âmbito
944 do SUAS. A Presidenta observou que não haviam fechado a minuta, podendo se verificar essa
945 inserção. O Conselheiro Tiago indicou o item 7.3, perguntando se a Presidência sabia quem eram os
946 réus, com a Presidente esclarecendo que essa informação não constava na nota recebida, mas era
947 uma informação pública, apesar de não disporem desses dados. A Conselheira Simone esclareceu
948 que o governo nunca esteve envolvido na denúncia da Operação Fariseu, com a Presidenta
949 informando não existir Conselheiros governamentais arrolados, com a Conselheira Margareth, da
950 Sociedade Civil, informando ter participado dessa Operação, mas que não havia sido arrolada. O
951 Conselheiro Anderson solicitou o acompanhamento desse processo através do CNAS, para
952 conhecimento de todos. A Presidenta indicou que estavam estudando uma metodologia para
953 informar aos Conselheiros que não haviam participado desse processo. A Conselheira Solange
954 informou que ação pública estava na página da justiça federal, podendo ser acessada. O Conselheiro
955 Tiago sugeriu que se oficiasse a CONJUR para produzir um sumário muito simples, para
956 entendimento de todos. A Presidenta reiterou a proposta de se estudar uma metodologia para
957 repassar essas informações aos Conselheiros, tendo que ser algo mais detalhado. A Conselheira
958 Dóris, em relação ao 7.2, indicou que em todas as reuniões sentiam falta do contato com os
959 Conselhos Estaduais e Municipais, devendo fazer essa aproximação. O Conselheiro Tiago indicou
960 que na pauta estava incluída a presença dos Conselhos Estaduais e Municipais das capitais e do
961 Distrito Federal, indicando ser Presidente do Conselho Municipal da cidade de São Paulo e não
962 havia recebido o convite. A Presidenta esclareceu que o pleno havia deliberado que a participação
963 seria só da Presidência Ampliada, e com relação aos Conselhos Municipais, não havia orçamento
964 para essa participação. A Conselheira Leila observou o interesse da participação da Sociedade Civil
965 no ponto 7.1, com o Conselheiro Anderson se manifestando. A Presidenta, em não havendo mais
966 nenhum esclarecimento relacionado ao relato da pauta da reunião da Presidência
967 Ampliada, considerou aprovado o relato da Presidência Ampliada, assim como seus
968 encaminhamentos. A Conselheira Márcia informou a realização de uma reunião descentralizada do
969 Fórum Nacional de Assistência Social no dia 19 de outubro no Rio de Janeiro, com a primeira tendo
970 sido realizada em agosto, em São Paulo, com representação dos trabalhadores e de usuários, com a
971 Presidenta solicitando oficializar essa informação para repassar aos Conselheiros.
972 **ENCERRAMENTO.** A Presidenta agradeceu a presença de todos, solicitando seu retorno às 14h.
973 **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a Presidenta informou que a SNAS havia avisado, por
974 intermédio da Secretária e da Diretora de Gestão do SUAS, que a NOB entregue ao CNAS para
975 análise, estaria no site disponibilizado para quem quiser baixar. Que a reunião descentralizada não
976 era uma reunião de debate de conteúdo da NOB, o que já havia sido feito, agradecendo a
977 disponibilização desse documento. O Conselheiro Anderson ponderou que como já havia sido
978 objeto de consulta pública, observando que as mudanças ocorridas deveriam ser apresentadas para
979 os representantes da Sociedade Civil. A Presidenta informou que também estaria na página do

980 CNAS, sugerindo ser colocado na capa “documento em discussão no CNAS” para não parecer
981 como documento final. A Conselheira Margareth cumprimentou o Conselho pela iniciativa,
982 colocando em discussão o documento, o qual também teria que ser levado para as respectivas bases,
983 com a Presidenta esclarecendo que havia um regramento que não permitia que os Conselheiros
984 divulgassem assuntos e documentos que estavam em discussão, não sendo uma decisão política,
985 mas sim administrativa. A seguir, a Secretária-Executiva procedeu à verificação do quórum:
986 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós, Conselheira
987 Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, Conselheiro José Geraldo
988 França Diniz, Conselheiro José Ferreira da Cruz, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,
989 Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro Anderson Lopes Miranda, Conselheira Margareth Alves
990 Dallaruvera, Conselheira Dores Margareth de Jesus, Conselheiro Edvaldo da Silva Ramos.
991 Conselheiros Suplentes: Conselheiro Fábio Bruni, Conselheira Margarida Munguba Cardoso,
992 Conselheiro Marcílio Marquesini Ferrari, Conselheira Márcia de Carvalho Rocha, Conselheira
993 Nilsia Lurdes dos Santos e Conselheira Cláudia Faquinote. **Item Relato da reunião da Comissão
994 de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.** A Presidenta indicou a ausência
995 justificada do Coordenador da Comissão de Financiamento e Orçamento, Conselheiro Volmir
996 Raimondi e do Coordenador Adjunto, Conselheiro Ademar Bertucci, passou para o Conselheiro
997 José Geraldo Diniz esse relato: “*Memória de Reunião Comissão de Financiamento e Orçamento da
998 Assistência Social, data: 16 e 17 de outubro de 2012, horário: Das 14h às 17h e das 09h às 16h,
999 local: Esplanada dos Ministérios, Anexo (Ininteligível), Bloco F Ala (Ininteligível), Sala 115.*
1000 *Conselheiros presentes: Ademar de Andrade Bertucci, Coordenador Adjunto, José Geraldo França
1001 Diniz, Dores Margareth de Jesus, Marcílio Marquesini Ferrari, Fábio Moassab Bruni. Ausências
1002 justificadas: Volmir Raimondi. Convidados: Dulcelena Alves Vaz Martins, Coordenadora Geral de
1003 Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social, Laury Maura
1004 Campos também do Fundo Nacional de Assistência Social. Secretária Executiva do CNAS: Maria
1005 das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária Executiva do CNAS: Jamile Calado, Mirelli Dantas e
1006 Suzani Gonçalves. Um: Informes, moções um, um, moções da Oitava Conferência Nacional de
1007 Assistência Social. A Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social tomou
1008 conhecimento do retorno das moções encaminhadas ao Congresso Nacional, à Câmara dos
1009 Deputados, às Secretarias Estaduais de Assistência Social de São Paulo, Bahia e Goiás. Um ponto
1010 dois: Plano de Ação, a Comissão recebeu resposta da Secretaria Nacional de Assistência Social
1011 pelo mesmo Gabinete SENAS/MDS de número 2030/2012 sobre a natureza, os conceitos e a
1012 finalidade dos programas e serviços, bem como os critérios já adotados pela CNAS, pela SNAS
1013 para a definição da partilha de recursos conforme solicitação advinda de operacionalização da
1014 meta dois do plano de ação da Comissão. Dois: Análise do Relatório de Execução Orçamentária e
1015 Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social exercício 2012, terceiro trimestre”. Indicou
1016 que não lia todos os quadros, mas se houvesse alguma dúvida, esclareceria a questão. “A
1017 Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e Financeira da Diretoria Executiva do Fundo
1018 Nacional de Assistência Social: Dulcelena Alves Vaz Martins apresentou o Relatório de Execução
1019 Orçamentária e Financeira do FNAS apurado pelo regime de caixa referente ao terceiro trimestre
1020 de 2012 conforme quadros abaixo. No quadro A, quanto aos benefícios assistenciais. O orçamento
1021 do benefício de prestação continuada da Assistência Social BPC e da renda mensal vitalícia RMV é
1022 alocado no MDS a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação, a operacionalização
1023 desses benefícios, ou seja, o pagamento benefício compete ao Instituto Nacional do Seguro Social –
1024 INSS. A execução orçamentária e financeira do BPC e da renda mensal vitalícia aqui apresentada
1025 corresponde respectivamente às descentralizações de créditos orçamentários e repasse de recursos
1026 financeiros realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social ao Instituto Nacional do Seguro*

1027 *Social. Quanto à execução orçamentária e financeira das ações de cumprimento de sentenças*
1028 *judiciais corresponde à descentralização do crédito orçamentário e de repasse de recursos*
1029 *financeiros feitos automaticamente pela Secretaria de Orçamento Federal ao Tribunal Regional*
1030 *Federal. B, quanto aos serviços, programas e projetos. O quadro a seguir demonstra por ação o*
1031 *orçamento aprovado em execução orçamentária e financeira correspondente às parcelas referentes*
1032 *às competências de janeiro a agosto de 2012 transferidas aos estados, aos municípios e ao distrito*
1033 *federal. O pagamento de bolsa à criança e adolescente em situação de trabalho e ainda o*
1034 *reconhecimento de dívida no montante de R\$154.544.696,33 referente a parte de pagamentos não*
1035 *realizados no exercício de 2011 das competências novembro e dezembro, o que equivale a sete por*
1036 *cento da dotação aprovada para esse tipo de despesa. Destacamos que o índice de gestão*
1037 *descentralizado do SUAS e IGDSUAS foi instituído pela Lei número 12.435/2011 que alterou a Lei*
1038 *8.742/93 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto 7.636/2011 e pelas Portarias números 3.337/2011*
1039 *e número 7 de 2012, desta forma a União passou a apoiar financeiramente o aprimoramento da*
1040 *gestão reconhecendo e incentivando os esforços dos gestores na condução e implantação do SUAS*
1041 *de forma qualificada. O GDSUAS é repassado mensalmente aos fundos de assistência social dos*
1042 *municípios, do distrito federal e dos estados que cumprem os critérios para o recebimento dos*
1043 *recursos, ressalta-se que a execução orçamentária do GDSUAS foi de R\$119.909.502,00. Do total*
1044 *do orçamento aprovado para o FNAS foi empenhado o valor de R\$1.966.126.737,00 que*
1045 *representa um percentual de 86 por cento, sendo Um: R\$ 796.445.428,00 relativos aos serviços*
1046 *socioassistenciais, e R\$169.681.309,00 as outras ações. A execução financeira do FNAS foi de*
1047 *R\$1.236.328.372,00 concernente aos serviços socioassistenciais e R\$136.747.865,00 aos outros*
1048 *programas totalizando R\$1.373.076.237,00. Encaminhamento, a Comissão de Financiamento e*
1049 *Orçamento da Assistência Social sugere a plenária aprovar o Relatório de Execução Orçamentária*
1050 *e Financeira do FNAS exercício de 2012, terceiro trimestre resolução anexa, anexo um. Três:*
1051 *Agenda com o Fundo Nacional de Assistência Social, durante a apresentação do Relatório de*
1052 *Execução Orçamentária e Financeira, a Coordenação Geral de Execução Orçamentária e*
1053 *Financeira da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, Dulcelena*
1054 *Alves Vaz Martins demonstrou a metodologia utilizada para elaboração da nota explicativa da*
1055 *execução orçamentária. A secretaria, a Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência*
1056 *Social, Maria das Mercês Avelino de Carvalho apresentou o processo histórico de construção da*
1057 *nota explicativa destacando que este instrumental é constantemente aprimorado por essa Comissão*
1058 *em conjunto com o Fundo Nacional de Assistência Social. Quanto à revisão, aprimoramento do*
1059 *manual orientador aos Conselhos de Assistência Social em razão da relevância do assunto e do*
1060 *acréscimo do item de pauta referente ao critério de partilha dos recursos para a construção de*
1061 *CREAS regionais, esse assunto foi transferido para a pauta do mês de dezembro no que se refere à*
1062 *ação conjunta com a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos acerca dos subsídios para*
1063 *elaboração de orientação aos Conselhos de Assistência Social sobre os mecanismos de repasse de*
1064 *recurso do Fundo Nacional de Assistência Social para os estados e municípios com o respectivo*
1065 *controle em nível municipal conforme prevê a LOAS e sobre mecanismo para garantir recursos*
1066 *financeiros, humanos e infraestrutura necessária para realizar visitas do Conselho nos*
1067 *equipamentos públicos e serviços socioassistenciais será item a ser pautada na agenda de 2013.*
1068 *Encaminhamentos, da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social sugere a*
1069 *plenária, pautar na reunião de dezembro da Comissão a revisão, o aprimoramento do manual*
1070 *orientador aos Conselhos Municipais de Assistência Social elaborada em conjunto pelo FNAS e*
1071 *pelo CNAS, encaminhar aos Conselheiros da Comissão antes da reunião de dezembro o documento*
1072 *preliminar de revisão a ser elaborado pelo FNAS. Critério de partilha dos recursos para*
1073 *construção de CREAS regionais, o Coordenador Geral de Execução de Projetos e Serviços,*

1074 *Conselheiro da SNAS, Conselheiro Fábio Moassab Bruni solicitou a inclusão de item de pauta*
1075 *relativo aos critérios de partilha dos recursos para construção de Centros de Referência*
1076 *Especializados de Assistência Social Regionais, CREAS regionais. Conselheiro apresentou um*
1077 *breve histórico sobre a estruturação das construções dos CREAS no período de 2010 a 2012 e*
1078 *ressaltou a inclusão da ação de estruturação dos equipamentos públicos no Plano Brasil Sem*
1079 *Miséria e informou ainda sobre a (Ininteligível) para a construção de cinco CREAS regionais na*
1080 *Comissão Intergestores Tripartite - CIT e em decorrência da insuficiência de propostas*
1081 *apresentadas se fez necessária a adequação dos critérios, ora estabelecidos. Encaminhamento,*
1082 *Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social sugere a plenária, aprovar os*
1083 *critérios de partilha dos recursos para construção de CREAS regionais apresentados pela SNAS*
1084 *resolução anexa, compromisso de continuar a discussão sobre a oferta de serviços regionalizados.*
1085 *Cinco: Definição de pauta para o mês de dezembro, Relatório de Execução da Ação 8249 e*
1086 *funcionamento dos Conselhos terceiro trimestre, revisão, aprimoramento do manual orientador aos*
1087 *Conselhos Municipais de Assistência Social elaborado em conjunto pelo FNAS e pelo SNAS. Diante*
1088 *da relevância do assunto a Comissão tomará ciência dos resultados do censo SUAS sobre o*
1089 *aspecto do cofinanciamento da assistência social e pautará o assunto em 2013. Seis: Discussão do*
1090 *capítulo seis, gestão financeira e orçamentária do Sistema Único da Assistência Social da NOB*
1091 *SUAS. A Comissão de Financiamento e Orçamento procedeu à leitura do capítulo seis, gestão*
1092 *financeira e orçamentária do Sistema Único da Assistência Social da NOB SUAS e destacou os*
1093 *seguintes aspectos: Os princípios orçamentários dispostos no artigo 43, os blocos de financiamento*
1094 *do artigo 52 e seguintes, a ênfase no planejamento orçamentário, as questões relativas à*
1095 *regionalização, territorialização e por fim a importância do controle social no financiamento da*
1096 *assistência social. A Comissão apresentará na reunião ampliada e descentralizada em Vitória as*
1097 *principais inovações trazidas pela proposta de NOB SUAS em relação ao capítulo seis. Ademar de*
1098 *Andrade Bertucci, Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento e Orçamento da*
1099 *Assistência Social”. Minutas de resolução: “Anexo um, Resolução número de 18 de outubro de*
1100 *2012. A plenária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em reunião ordinária*
1101 *realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro de 2012 no uso da competência que lhe confere os Incisos*
1102 *VIII e XIV do artigo 18 da Lei número 8742 de sete de dezembro de 1993, Lei Orgânica da*
1103 *Assistência Social (LOAS) resolve aprovar o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do*
1104 *Fundo Nacional da Assistência Social – FNAS, terceiro trimestre de 2012, apresentado pela*
1105 *Diretoria Executiva do Fundo Nacional da Assistência Social da Secretaria Nacional da*
1106 *Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Planilha anexa,*
1107 *artigo segundo. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, Luziele Maria de Souza*
1108 *Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social. Anexo dois, Resolução número*
1109 *de, outubro de 2002 aprova os critérios de partilha de recursos para construção de Centros de*
1110 *Referência Especializados de Assistência Social Regionais, CREAS regionais. O Conselho*
1111 *Nacional de Assistência Social – CNAS em reunião ordinária realizada nos dias 16, 17 e 18 de*
1112 *outubro de 2012 no uso da competência conferida pelo artigo 18 da Lei número 8742 de sete de*
1113 *dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e considerando a Resolução número*
1114 *145 de 15 de outubro de 2004 do CNAS, que aprova a Política Nacional de Assistência Social.*
1115 *Considerando a Resolução número 130 de 15 de julho de 2005 do CNAS que aprova a norma*
1116 *operacional básica do Sistema Único da Assistência Social NOB SUAS, considerando ainda a*
1117 *Resolução número 109 de 11 de novembro de 2009 do CNAS que aprova a tipificação nacional de*
1118 *serviços sócio assistenciais, considerando os artigos 6º C e 6º D da Lei número 8742, de sete de*
1119 *dezembro de 1993, que dispõe a cerca das Unidades Públicas da Assistência Social, considerando*
1120 *ainda o caderno de orientações técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência*

1121 *Social – CREAS que apresenta conjunto de orientações e informações sobre a gestão, a*
1122 *organização e o funcionamento dos CREAS, considerando o Decreto número 7492 de dois de junho*
1123 *de 2011 que institui o Plano Brasil sem Miséria, cuja finalidade é superar a situação de extrema*
1124 *pobreza da população em todo o território nacional por meio da integração e articulação de*
1125 *políticas, programas e ações, e ainda as metas de construções de Unidades Públicas de Assistência*
1126 *Social para o exercício de 2011. Considerando ainda, insuficiência de propostas para o*
1127 *financiamento da construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social Regional*
1128 *– CREAS, CREAS, regional.” Aqui tem uma palavra demais. “Nos termos do artigo quinto da*
1129 *Resolução CNAS número 10 de 24 de abril de 2012, resolve, artigo primeiro: Deliberar acerca do*
1130 *critério de partilha dos recursos disponíveis na ação orçamentária dois B 31 para a construção de*
1131 *Centro de Referência Especializado de Assistência Social Regional – CREAS. Artigo segundo: Os*
1132 *estados poderão apresentar a proposta de trabalho para o financiamento da construção de CREAS*
1133 *regional, desde que, um: Receba um cofinanciamento federal por meio do piso (Ininteligível)*
1134 *complexidade PPMC para apoio a oferta, serviço ofertado pelo CREAS regional. Dois: Possuam*
1135 *pelo menos CREAS regional cadastrado no censo SUAS 2011 que não esteja instalado em imóvel*
1136 *próprio. Três: Não esteja nos critérios para construção de CREAS instituído pela Resolução*
1137 *número 10 de 24 de abril de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social. Parágrafo*
1138 *primeiro: As propostas de trabalho apresentadas em 2012 poderão contemplar a solicitação de*
1139 *financiamento para a construção de até duas unidades de CREAS regional. Parágrafo segundo: As*
1140 *propostas apresentadas deverão ter obrigatoriamente valor mínimo de R\$250.000,00 e máximo de*
1141 *R\$330.000,00 de repasse por unidade. Artigo terceiro: Os estados que atenderem os critérios*
1142 *estabelecidos no artigo anterior serão classificados em ordem decrescente de acordo com a média*
1143 *de funcionários de nível superior por unidades de CREAS regional. Parágrafo primeiro: Serão*
1144 *financiadas até cinco unidades de CREAS regional no exercício de 2012. Parágrafo segundo: As*
1145 *propostas referentes aos critérios pactuados nessa Resolução serão analisadas seguindo a ordem*
1146 *de classificação dos entes. Parágrafo terceiro: Caso o número de unidades previsto no parágrafo*
1147 *primeiro não seja atingido, considerando a prioridade de atendimento de pelo menos uma unidade*
1148 *aos estados que apresentarem propostas, será feita uma nova rodada de análise considerando as*
1149 *propostas dos entes que solicitaram a construção de duas unidades de CREAS regional, com vista*
1150 *ao atingimento da integralidade do número de unidades pactuadas. Parágrafo quarto: Para*
1151 *aprovação de proposta de construção de CREAS regional no exercício de 2012, o MDS observará*
1152 *as orientações da Câmara Técnica da CIT quanto à necessidade de oferta direta de serviço pelo*
1153 *estado. Artigo quarto: Se mesmo com a aplicação do disposto no parágrafo terceiro do artigo*
1154 *terceiro, não houver proposta para o quantitativo estipulado no parágrafo primeiro do artigo*
1155 *terceiro, serão financiadas construções de Centro de Referência Especializado para a População*
1156 *em Situação de Rua - Centro POP no limite da reserva orçamentária destinada originalmente às*
1157 *construções de CREAS regionais de acordo com os critérios e a classificação definida no artigo*
1158 *sexto da Resolução número 10 de 24 de abril de 2012 do Conselho Nacional de Assistência Social*
1159 *– CNAS. Artigo quinto: Os estados classificados na forma desta resolução serão financiados até o*
1160 *limite da disponibilidade orçamentária e financeira na respectiva ação orçamentária. Artigo sexto:*
1161 *Aplicam-se no que couber os procedimentos da Portaria número 141 de três de julho de 2012 do*
1162 *Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS a esse processo. Artigo 7º: Essa*
1163 *resolução entra em vigor na data de sua publicação”. Luziele Maria de Souza Tapajós, Presidente*
1164 *do Conselho Nacional de Assistência Social”. A Presidenta indagou se havia algum esclarecimento*
1165 *quanto ao item dois da análise do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo*
1166 *Nacional no exercício de 2012, terceiro trimestre. A Conselheira Marisa indagou que tipo de*
1167 *emenda e valores correspondiam à emenda B, ação dois A60, ação dois A65 e na Ação dois A69,*

1168 para classificar como orçamento de emenda, haja vista que esses serviços eram ação continuada e
1169 tinham que ser vinculados Fundo a Fundo. Indagou, também, se a Comissão poderia informar quais
1170 os estados e municípios que receberam essas emendas para essas ações. O Conselheiro José Geraldo
1171 falou que quando as emendas eram feitas, o parlamentar não se preocupava se era serviço
1172 continuado ou não. Que essas ações tradicionalmente recebiam com base no manual disponibilizado
1173 pelo MDS através da Assessoria Parlamentar, esclarecendo essas emendar e informando não ter
1174 informações sobre os estados e municípios que haviam recebido as emendas. A Conselheira Marisa
1175 observou que gostaria de entender como esse procedimento ocorria, visto que na lógica do SUAS,
1176 na descrição de ações para a proteção social de proteção básica e de média e alta complexidade era
1177 Fundo a Fundo. A Conselheira Simone esclareceu como essas emendas ocorriam, com o orçamento
1178 sendo destinado antecipadamente para as áreas pela Subcomissão de Orçamento da Seguridade
1179 Social que anualmente ligava para o CNAS e indagava sobre onde colocar emenda no orçamento, o
1180 que era definido pela Comissão de Financiamento. Esclareceu que, inclusive para construção, a
1181 Secretaria Nacional só aprovava as que fossem para CRAS e CREAS, equipamentos estatais
1182 regulamentados pelo SUAS. Indicou que o PAIF era um serviço exclusivamente estatal que deveria
1183 obrigatoriamente ser ofertado no CRAS, sendo Fundo a Fundo é para o gestor municipal e o PAEF
1184 era um serviço de proteção e atenção especializada às famílias, estatal ofertado exclusivamente no
1185 CREAS. O Conselheiro José Geraldo complementou que como eram emendas de Comissão ou de
1186 bancada, os parlamentares estavam aumentando a dotação para essas ações de prestação de serviço,
1187 sendo que no caso do equipamento havia direcionamento, tendo estado, e município. A conselheira
1188 Simone complementou que era um recurso a mais que ao vir para a CIT para ser pactuado e
1189 deliberado pelo CNAS, virava serviço continuado, sendo que no próximo ano o MPOG bancaria
1190 esse serviço. A Presidenta indicou que o encaminhamento da Comissão de Financiamento era pela
1191 aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional exercício 2012,
1192 terceiro trimestre conforme Resolução anexa, com a Secretária-Executiva procedendo à chamada:
1193 Conselheira Dóris Margareth de Jesus: “Pela aprovação Sra. Presidenta”. Conselheiro Edivaldo da
1194 Silva Ramos: “Pela aprovação”. Conselheiro Tiago Barbosa Ferreira Cabral: “Pela aprovação”.
1195 Conselheira Margareth Alves Dallaruvera: “Pela aprovação”. Conselheiro Anderson Lopes
1196 Miranda: “Pela aprovação”. Conselheira Leila Pizzato: “Pela aprovação”. Conselheira Marisa
1197 Rodrigues da Silva: “Pela aprovação”. Conselheiro José Ferreira da Cruz: “Pela aprovação”.
1198 Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga: “Eu voto com a Comissão pela aprovação do Relatório”.
1199 Conselheira Simone Aparecida Albuquerque: “Pela aprovação”. Conselheiro José Geraldo França
1200 Diniz: “Pela aprovação”. Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós: “Pela aprovação, inclui os
1201 cumprimentos a essa excelente notícia da melhor execução orçamentária conforme informado pelo
1202 nosso Conselheiro”. A Presidenta considerou o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira
1203 aprovado pelo pleno, com 12 votos. Esclareceu não ter sido computado o voto da Conselheira
1204 Márcia devido a que o Conselheiro Ademar não havia indicado a sua substituição. Item três Agenda
1205 com Fundo Nacional de Assistência Social, o encaminhamento da Comissão era que fosse pautado
1206 na plenária de dezembro a revisão do manual orientador aos Conselhos Municipais elaborado em
1207 conjunto pelo Fundo e pelo CNAS, enviando aos Conselheiros da Comissão antes da reunião de
1208 dezembro o documento preliminar de revisão a ser elaborado pelo CNAS. A Conselheira Simone
1209 indagou se em dezembro não seria a aprovação da NOB, com a Presidenta esclarecendo que no
1210 relato da Presidência Ampliada, a proposta era de utilizar todos os espaços das Comissões até
1211 dezembro apenas para o debate da NOB, podendo postergar esse encaminhamento. A Conselheira
1212 Dóris observou que a Comissão permitia essa pauta, ademais da NOB, com o conselheiro José
1213 Geraldo, destacando a necessidade dos municípios por essas orientações, mas que poderia ser
1214 prorrogado para janeiro ou fevereiro. O Conselheiro Anderson solicitou que as Comissões dessem

1215 prioridade à discussão da NOB, conforme a Comissão de Benefícios que havia retirado de pauta
1216 tudo que tinha, até dezembro. A Presidente colocou o encaminhamento de priorizar a NOB, com os
1217 demais temas sendo tratados conforme a possibilidade. Item quatro, critério de partilha dos recursos
1218 para a construção dos CREAS regionais, com a Comissão encaminhando a sugestão à plenária que
1219 aprovasse os critérios de partilha dos recursos para a construção dos CREAS regionais apresentado
1220 pela SNAS conforme Resolução anexa lida pelo Conselheiro José Geraldo com compromisso de
1221 continuar a discussão sobre a oferta de serviços regionalizados. O Conselheiro José Geraldo
1222 solicitou que as propostas fossem apresentadas tempestivamente, para não prejudicar os trabalhos
1223 da Comissão de Financiamento, com a Presidenta indicando que a mesa diretora acatava e faria essa
1224 observação à Secretaria Nacional. Considerando a necessidade de voto qualificado por se tratar de
1225 critérios de partilha, solicitou a Secretária-Executiva que procedesse à chamada. Iniciada a votação,
1226 a Conselheira Marisa solicitou esclarecimentos, com esse procedimento sendo suspenso. A
1227 Conselheira Marisa, agradeceu, indicando o artigo segundo do inciso terceiro, solicitando
1228 esclarecimentos sobre os estados que não estivessem nos critérios para a construção de crédito
1229 instituída pela Resolução, que seria não ter CREAS regional. O Conselheiro Fábio indicou serem
1230 aqueles que já haviam sido habilitados a apresentar proposta naquela partilha do primeiro semestre,
1231 não apresentavam proposta no segundo, sendo incluídos apenas aqueles que já tinham os serviços,
1232 com CREAS regional, não estando incluídos 20 estados, não estando incluído o DF e sendo apenas
1233 seis que teriam esse serviço. A seguir, a Secretária-Executiva procedeu à votação: Conselheiros na
1234 titularidade: Conselheiro Tiago Ferreira Cabral: “Pela aprovação”. Conselheiro Edivaldo da Silva
1235 Ramos: “Pela aprovação”. Conselheira Dóris Margareth de Jesus: “Pela aprovação”. Conselheira
1236 Margareth Alves Dallaruvera: “Pela aprovação”. Conselheiro Anderson Lopes Miranda: “Pela
1237 aprovação”. Conselheira Leila Pizzato: “Pela aprovação”. Conselheira Marisa Rodrigues da Silva:
1238 “Aprovação”. Conselheiro José Ferreira da Cruz: “Pela aprovação parabenizando a equipe da
1239 Secretaria Nacional da Assistência Social, especialmente o Departamento de Proteção Social
1240 Especial”. Conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga: “Pela aprovação”. Conselheira Simone Aparecida
1241 Albuquerque: “Pela aprovação, parabenizando o Conselheiro José da Cruz por ter dado parabéns
1242 para a Secretaria Nacional da Assistência Social”. Conselheiro José Geraldo França Diniz: “Sem
1243 confetes pela aprovação”. Conselheira Luziele Maria de Souza Tapajós: “Pela aprovação,
1244 agradecendo a consciência e compromisso da Conselheira Marisa em votar totalmente esclarecida,
1245 muito obrigada à Conselheira pelo bom exemplo”. Item cinco definição de pauta para o mês de
1246 dezembro da Comissão, que ficaria sobrestada tendo em vista a prioridade da discussão da NOB.
1247 Em não tendo mais nenhum questionamento, a Presidenta considerou aprovado o Relatório e o seu
1248 conteúdo da Comissão de Financiamento, Orçamento e Assistência Social, parabenizando a
1249 Comissão pelo excelente trabalho realizado. **Item Relato da Comissão de Acompanhamento aos**
1250 **Conselhos de Assistência Social**, pela Conselheira Margareth. O Conselheiro Anderson solicitou
1251 que após essa apresentação, fosse feito o relato da Comissão de Políticas Públicas, visto ter que se
1252 retirar por problemas de vôo, sendo acatada sua solicitação. “*Memória da reunião, Comissão de*
1253 *Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, outubro de 2012. Reunião 004/ 2012, data*
1254 *16 de outubro de 2012, horário das 14h às 17h, local: Anexo Bloco F Ala B sala 126. Conselheiros*
1255 *que compõem a Comissão presentes: Margareth Alves Dallaruvera, Coordenadora, Carlos Rogério*
1256 *de Carvalho Nunes, Charles Roberto Pranche, Fátima Aparecida Rampin, José Araújo da Silva,*
1257 *Luziele Maria de Souza Tapajós, Solange Teixeira, Conselheira com ausência justificada: Aldenora*
1258 *Gomes Gonzáles, Coordenadora Adjunta. Secretaria Executiva: Liliane Neves, Fernanda Padovan,*
1259 *Lílian Guedes, Josué Santos. Um: Discussão do documento com orientações aos Conselhos de*
1260 *Assistência Social como estratégias para o cumprimento da determinação de utilização de no*
1261 *mínimo três por cento do GDSUAS e do TBF para o funcionamento dos CAES. O documento foi*

1262 *elaborado e repassado à Secretaria Nacional de Assistência Social – CNAS, Secretaria Nacional de*
1263 *Renda e Cidadania – SENARC e Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para contribuições*
1264 *conforme deliberado em Plenária. O item será remetido para a pauta da reunião da Comissão de*
1265 *novembro tendo em vista que não houve tempo hábil para que as mencionadas Secretarias e o*
1266 *FNAS finalizassem as contribuições a serem repassadas a Comissão”. Dois: “Operacionalização*
1267 *das reuniões regionalizadas do CNAS com o CEAS e CAES-DF. A Plenária do mês de setembro*
1268 *deliberou pela a realização de reuniões descentralizadas que tem por objetivo discutir junto aos*
1269 *Conselhos Estaduais e CAES-DF questões afetas ao Controle Social do SUAS atendendo as*
1270 *especificidades das cinco regiões do país visando discutir o planejamento das ações do CEAS e*
1271 *CAES-DF, tendo por base os resultados do censo SUAS e deliberações de conferências.*
1272 *Considerando a necessidade de registros dos debates a serem realizados nas citadas reuniões, a*
1273 *Comissão discutiu sobre a melhor forma de registro, tendo em vista eventuais consultas do CNAS,*
1274 *produção de materiais ou orientações para a disseminação. Para tanto, entende-se ser importante*
1275 *que as reuniões sejam gravadas e degravadas, um recurso já utilizado pelo CNAS, e que poderá ser*
1276 *incorporado às reuniões regionalizadas. Ressalta-se que, conforme deliberado em setembro, estas*
1277 *acontecerão em dois dias e serão no total de 4 reuniões nos anos de realização de conferências e*
1278 *oito nos anos que não houver conferências. Discutiu-se ainda, a viabilidade de realizar as reuniões*
1279 *das regiões Sudeste/Sul em conjunto, uma sugestão da plenária e, considerando a experiência já*
1280 *vivenciada em outros debates a Comissão entende ser importante tal junção, tendo em vista a*
1281 *possibilidade de troca de experiência entre os conselhos e por entender que as questões*
1282 *vivenciadas entre os conselhos das regiões em tela, são próximas. Em relação às reuniões do*
1283 *CNAS, CONSEAS e CAS/DF, a Comissão sugere que para as próximas, estejam presentes todos os*
1284 *conselheiros. Encaminhamentos: 2.1 – Gravar e degravar as reuniões regionalizadas. 2.2 –*
1285 *Realizarem em conjunto as reuniões da região Sul e Sudeste. 3 – Estabelecimento dos prazos para*
1286 *operacionalização das demais ações do plano de ação da Comissão. A Comissão debateu sobre a*
1287 *agenda de ações para os próximos meses, conforme deliberado na reunião de setembro, a partir da*
1288 *minuta elaborada pela coordenação técnica de acompanhamento aos conselhos. Considerando a*
1289 *necessidade de revisar o calendário de forma sistemática e permanente, a agenda será objeto de*
1290 *revisão da reunião de fevereiro. Encaminhamento: 3.1 – Os Conselheiros, revisão a agenda da*
1291 *próxima, da Comissão, para definir as ações da reunião até fevereiro de 2013. Considerando que*
1292 *nos próximos meses, as pautas das reuniões serão direcionadas à discussão da NOB/SUAS. 4 –*
1293 *Aprofundamento do debate acerca dos fóruns e outras formas de Organização da Sociedade Civil.*
1294 *No plano de ação da Comissão, consta uma estratégia que é: Solicitar informação dos fóruns*
1295 *existentes sobre o funcionamento e financiamento de suas atividades para posterior debate nessa*
1296 *Comissão. Em plenária do mês de setembro, foi deliberado que a Comissão aprofundasse o debate*
1297 *sobre a questão, tendo em vista o alcance da meta definida para este item, que é: Assegurar que os*
1298 *Conselhos cumpram suas funções enquanto instâncias deliberativas do SUAS, de caráter*
1299 *permanente e composição paritária. Ao discutir o assunto, a Comissão entende que a mencionada*
1300 *operacionalização está de acordo com a meta definida. Tendo em vista, que a ação que está*
1301 *relacionada é fortalecer a organização da sociedade civil, incentivando a atuação em fóruns e*
1302 *outros espaços de discussões de interesses coletivos, no âmbito do SUAS. Ressalta-se que os fóruns*
1303 *como forma de organização da sociedade civil, também são estratégias, para o fortalecimento da*
1304 *atuação dos Conselhos. O senso SUAS, conselhos 2012, contempla a pergunta sobre a existência*
1305 *de fóruns, outras formas de organização da sociedade civil, conforme deliberação da Plenária.*
1306 *Encaminhamentos: Solicitar a Comissão de Financiamento e Orçamento, estudo sobre o*
1307 *financiamento e outras instâncias de organização da Sociedade Civil, tais como fóruns. 4.2 – Que a*
1308 *coordenação de acompanhamento aos Conselhos apresente a Comissão os itens, a constarem o*

1309 projeto de pesquisa, sobre a existência de fóruns, no que concerne a sua organização,
1310 representatividade, e perfil de intervenção, que devem contar com a parceria dos Conselhos
1311 Municipais, Estaduais e do DF, para execução dessa ação o CNAS deve solicitar parceria da
1312 Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação SAGI. 5 – Definições de fluxo de repasse de
1313 informações das discussões da CIT, Comissão Intergestores Tripartite, junto às secretárias
1314 executivas, dos tais estabelecimentos de sistemática de envio de informações, junto aos CAS,
1315 acerca das discussões da CIT. A Comissão tendo por meta, potencializar a relação dos CAS, com
1316 as Comissões Intergestores, definiram como estratégia o estabelecimento de sistemática de envio
1317 de informações, junto aos CRAS, acerca das discussões da CIT e, para atender a essa meta, está
1318 previsto o envio periódico de informações aos Conselhos e conselheiros. Outra questão discutida,
1319 foi a necessidade de definir o fluxo de repasse de informações, junto às Secretárias Executivas dos
1320 CAS, para esta definição, deve-se entender sobre as dinâmicas já estabelecidas, pelas Comissões
1321 intergestoras, bem como a forma de que os CEAS, buscam e repassam tais informações, estando de
1322 posse destas informações, a Comissão tem como discutir e propor o fluxo a ser sugerido aos
1323 conselhos estaduais, a CIT e as CIBS. Encaminhamentos: 5.1 – Solicitar informações aos CEAS,
1324 sobre a existência de fluxo definido de repasse de informações, aos Conselhos Municipais de
1325 Assistência Social, das discussões das CIBS e CIT, bem como as suas deliberações. 5.2 – Solicitar
1326 as CITS e CIBS, sobre o fluxo de informações a serem repassados aos CEAS e aos CMAS, sobre as
1327 discussões realizadas nessas instâncias de pactuação. 5.3 – Orientar os CEAS, para que estabeleça
1328 o mecanismo para o acompanhamento das discussões e desdobramentos das Comissões
1329 Intergestores Bipartite, CIBS, Colegiados Estaduais Gestores da Assistência Social, COEGEMAS e
1330 Comissão Intergestora Tripartite. 5.4 – Orientar os CEAS por meio das Comissões de
1331 acompanhamentos aos CMAS, para buscar informações acerca das agendas das reuniões das
1332 CIBS, bem como as pautas para posterior divulgação, junto aos Conselhos Municipais de
1333 Assistência Social. 5.5 – Sugerir pauta para informativo SUAS, sobre os CAES, que instruem
1334 como tema, instituem como tema permanente suas reuniões os informes das Comissões
1335 intergestoras. Ressaltando a inclusão deste informe, nas pautas das reuniões ordinárias dos CAES.
1336 5.6 – Repassar aos Conselhos, por meio do CNAS, informar os assuntos discutidos e deliberados
1337 na CIT. 6 – Definição de cronograma de temas a serem abordados em matérias para disseminação,
1338 considerando o disposto no plano de ação da Comissão, foi elaborado uma proposta de agenda
1339 para disseminação de orientações e de assuntos relativos ao controle social. A Comissão definiu os
1340 itens a serem divulgados no mês de outubro, e os demais temas serão discutidos nas reuniões de
1341 novembro em Vitória. Encaminhamento: 6.1 – Definir como temas para disseminação em outubro
1342 os itens, resolução CNAS. 237/2006, que das diretrizes para estruturação, reformulação e
1343 funcionamento dos Conselhos. A importância do debate acerca das questões que devem constar na
1344 Lei de criação dos Conselhos, para o cumprimento das Leis e normas vigentes. Elaboração de
1345 orientações, os CAES, sobre a paridade na representação do Governo e sociedade civil. A ser
1346 assegurada na respectiva lei de criação. Definição de mecanismos de divulgação permanente junto
1347 aos CAES, os três segmentos que compõem a sociedade civil nos conselhos, bem como as
1348 resoluções do CNAS 2004/2006, 24/2006, 23/2003 e o decreto 6308/2007. Orientar os CAES sobre
1349 o uso das informações do cadastro nacional do SUAS, CADSUAS e do senso SUAS. 7 – Definição
1350 de procedimentos da coordenação de acompanhamento aos conselhos para o monitoramento do
1351 período de gestão dos conselhos do CADSUAS, para repasse sistemático de informações. A
1352 Comissão atendendo ao disposto no plano de ação que trata de orientar os CAES, quanto ao
1353 processo de escolha dos representantes da sociedade civil e considerando as atribuições da
1354 coordenação de acompanhamento aos conselhos, definidas no regimento interno do Conselho
1355 Nacional de Assistência Social, elaborou um texto base, a ser repassado aos CAES, com

1356 *antecedência de três meses do previsto para o final do mandato, conforme dados do CADSUAS,*
1357 *esta deve ser uma ação de rotina, da coordenação técnica, que tem como atribuição o*
1358 *gerenciamento dos dados dos Conselhos, do referido cadastro, ressalta-se, que temos um total de*
1359 *736 conselhos, cuja gestão acaba nos três últimos meses do ano de 2012, sendo que 89 destes,*
1360 *terminaram em outubro, 90 em novembro e 557 em dezembro. Em setembro 110 conselhos*
1361 *terminaram o mandato. 8- Informes da Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos de*
1362 *Assistência Social. 8.1 – O CNAS recebeu correspondência eletrônica, no dia 18 de setembro de*
1363 *2012 do Conselho Nacional de Assistência Social de Goiás, informando que realizou encontros*
1364 *regionais de conselheiros municipais no período de maio à agosto do corrente ano, esta ação,*
1365 *atendeu a deliberação da oitava conferência estadual que versa, promover a capacitação*
1366 *continuada, divulgação e fortalecimento dos conselhos e entidades da rede de assistência social,*
1367 *ampliando a articulação entre os Conselhos Municipais de Assistência Social, Conselho Estadual*
1368 *de Assistência Social e Conselho Nacional de Assistência Social. Foi encaminhado cópia do projeto*
1369 *técnico com programação do evento. Sugestão de encaminhamento, divulgação do relatório, na*
1370 *página eletrônica do CNAS, em boas práticas. 8.2 – Acompanhar a agenda de eventos do*
1371 *CONGEMAS e FONSEAS, este item trata de uma ação permanente definida no plano de ação 1.1*
1372 *e, para envio de sugestões de inclusão na pauta do debate acerca da adequação da lei de criação*
1373 *dos conselhos em conformidade com a LOAS. A Coordenação consultou as agendas para repasse*
1374 *da informação dessa Comissão e foi informado que o CONGEMAS realizará o Encontro Regional*
1375 *Nordeste, entre os dias 31/10 e 01/11 em Camaçari - BA, o representante do CONGEMAS na*
1376 *Comissão, informou que realizarão reuniões regionalizadas iniciando em Camaçari, e uma das*
1377 *oficinas a ser realizada tem como tema, gestão do SUAS e o Controle Social, estas tem como*
1378 *objetivo orientar a organização dos órgãos gestores, no tocante a legislação, com garantia de*
1379 *diárias, transporte, equipamentos, capacitação de recursos humanos, entre outros, para o correto*
1380 *funcionamento dos Conselhos. 8.3 – O CNAS recebeu no dia 29 de setembro de 2012 ofício número*
1381 *239/2012 do Conselho Estadual de Assistência Social de Goiás, informando que realizou visita aos*
1382 *município de Caldas Novas e Luziânia, para averiguar denúncias, as irregularidades na atuação*
1383 *dos mesmos, informa que tais irregularidades já foram sanadas. 9 – Pauta de reunião e da oficina*
1384 *da Comissão do mês de dezembro, dar continuidade as discussões da norma operacional básica do*
1385 *SUAS. 10 – Discussão da NOB SUAS em outubro. A Comissão optou por ter os itens da*
1386 *apresentação, introdução, além dos capítulos definidos como sua atribuição. Quais sejam, capítulo*
1387 *9 - Controle social do sistema único da Assistência Social e capítulo 10 - instâncias de negociação*
1388 *e pactuação do Sistema Único de Assistência Social. Sendo assim, será apresentada na reunião de*
1389 *dezembro, uma proposta de nova redação, para introdução, bem como as alterações de texto dos*
1390 *mencionados capítulos, ressalta que as divergências foram discutidas e sanadas no âmbito da*
1391 *Comissão. Margareth Alves Dallaruvera – Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos*
1392 *Conselhos.” A Presidenta falou sobre o primeiro item, discussão no documento com orientações*
1393 *aos conselhos, o qual havia sido remetido para a pauta da Comissão em novembro, entendendo a*
1394 *postergação dessa resolução, tendo em vista as demais prioridades. Item dois operacionalização das*
1395 *reuniões regionalizadas do CNAS, com o CEAS e CAS/DF, com a comissão sugerindo que para as*
1396 *próximas reuniões regionalizadas do CNAS, com o CEAS e CNAS estivessem presentes todos os*
1397 *Conselheiros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, a gravação e a degravação de todas*
1398 *as reuniões regionalizadas e a realização das reuniões regionalizadas da região Sul e Sudeste de*
1399 *forma concomitante. A Conselheira Simone solicitou que houvesse apoio técnico do Conselho nas*
1400 *reuniões, nas regionais e que todos os conselheiros que participassem da Comissão fossem para*
1401 *estas reuniões, com a comissão tendo que apresentar mais conteúdo. Sugeriu ao pleno que,*
1402 *dependendo da proposta deveriam comparecer a Presidenta e a Vice-Presidenta, ou o Presidente da*

1403 Comissão de Financiamento ou algum membro da Comissão de Financiamento. Que havia que
1404 aprofundar mais sobre esses encontros, caso contrário, sugeria que solicitassem à Comissão que
1405 amadurecesse mais o processo de discussão e depois trazer uma proposta para o plenário. A
1406 Presidenta esclareceu que esse conteúdo das reuniões descentralizadas, inclusive com pauta, haviam
1407 sido colocados pela Comissão, discutidos e aprovados, com a Conselheira Simone questionando a
1408 participação de os Conselheiros da Comissão de Conselho, participar de todos os encontros
1409 regionais. A Presidenta falou sobre esse questionamento, com a Conselheira Margareth discorrendo
1410 sobre o que havia sido discutido, indicou que em nenhum momento a memória trazia que todos os
1411 Conselheiros participariam da reunião centralizada, mas sim na regionalizada. A Presidenta sugeriu
1412 retirar o último parágrafo, para esclarecer a questão. O Conselheiro José da Cruz esclareceu não ser
1413 uma pauta de reuniões regionalizadas de uma só Comissão, mas sim uma estratégia do CNAS,
1414 conforme debate colocado no último pleno, não sendo definido quem participaria, visto ter assuntos
1415 específicos, particulares de cada Comissão temática. A Presidenta concordou com essa colocação,
1416 sugerindo que o último parágrafo estivesse em outro ponto da pauta, dizendo claramente, em
1417 relação às reuniões do CNAS, com todos os CEAS, que a Comissão sugeria que se tratava da
1418 reunião do dia seguinte, sendo consenso em todo o pleno. Que o encaminhamento era gravar e
1419 degravar e realizar em conjunto as reuniões das regiões Sul e Sudeste, não concomitantemente, mas,
1420 juntas. Em não havendo nenhum óbice, o item foi aprovado pelo pleno. Item três, com relação à
1421 operacionalização das demais ações dos planos de ação, os conselheiros haviam postergado para
1422 fevereiro de 2013 a revisão da agenda da Comissão, considerando a priorização da NOB SUAS.
1423 Item quatro, aprofundamento do debate acerca dos fóruns e outras formas de organização da
1424 Sociedade Civil. Indicou os encaminhamentos da Comissão: Solicitar à Comissão de Financiamento
1425 e Orçamento estudo sobre o financiamento de outras instâncias de organização da Sociedade Civil,
1426 tais como fóruns. 4.2 – Que a Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos, apresente a
1427 Comissão os itens a constar em projeto de pesquisa, sobre a existência de fóruns, no que concerne a
1428 sua organização, a sua representatividade, a seu perfil de intervenção, que deve contar com parceria.
1429 Dos Conselhos Municipais, Estaduais e do DF, para execução dessa ação, o CNAS deveria solicitar
1430 parceria da SAGI. Que entendia que esse tema do apoio às formas de organização da Sociedade
1431 Civil, via fóruns, etc., fosse primeiro subsidiado sobre o estudo acerca da possibilidade de
1432 financiamento, depois da possibilidade jurídica. O Conselheiro José Geraldo solicitou
1433 esclarecimentos à Comissão, sobre como ligava a meta com a ação, falando sobre o seu
1434 entendimento. Em relação à Comissão de Financiamento, apesar de não mais ser coordenador e nem
1435 adjunto gostaria de entender, objetivamente, esse estudo que estava sendo solicitado à mesma,
1436 sendo que legalmente não encontrariam amparo para fazer esse tipo de financiamento. A
1437 Conselheira Simone concordou com essa colocação, solicitando que o tema de fóruns fosse
1438 discutido no pleno, sentindo-se insegura com relação ao caminho que estavam seguindo, sem saber
1439 do ponto de vista político. Que deveriam convidar pessoas, que discutissem movimentos mais
1440 abertos, debate que não precisaria ser feito de imediato, para que o conselho precisava ter clareza
1441 dessas questões. A Conselheira Margareth, com relação à questão do financiamento, observou que a
1442 meta havia sido altamente discutida pela Comissão, arrazoando sobre o que havia sido colocado
1443 com relação ao controle social e a participação de organização da Sociedade Civil, haja vista que
1444 esses espaços, fóruns e movimentos, eram justamente espaços de organização, da Sociedade Civil
1445 para poder entrar no controle social mais organizada, quando se falava da meta, discorrendo sobre a
1446 necessidade de pesquisa com a SAGI para esse conhecimento. Em relação ao financiamento,
1447 concordava com a Conselheira Simone, no sentido de se pautar essa questão no CNAS, enviado
1448 para a Comissão de Financiamento a viabilidade, inclusive jurídica, de estudar uma forma de
1449 financiar a Organização da Sociedade Civil, talvez não havendo acordo, mas sabendo-se que o

1450 recurso era público. O Conselheiro Tiago, dirigindo-se à Conselheira Simone, colocou que
1451 discordava de uma questão técnica, com os fóruns sendo entes com personalidade jurídica, não
1452 importando ser da Sociedade Civil como até do próprio governo, esclarecendo seu funcionamento.
1453 O Conselheiro Anderson, falando sobre a questão, ressaltou que os fóruns dos gestores municipais
1454 estaduais tinham apoio e recurso, ao contrário dos fóruns da organização da Sociedade Civil,
1455 citando o caso de recursos para as passagens, o que precisava ser sanado. O Conselheiro Edvaldo
1456 colocou seu entendimento sobre a discussão, de se fazer um estudo para ver a viabilidade de se
1457 financiar as ações dos fóruns, o que não significava repassar dinheiro, manifestando-se contemplado
1458 na fala do Conselheiro Anderson. O Conselheiro José da Cruz encontrava que a ação colocada no
1459 projeto de ação, não expressava essa estratégia que estava colocada. Que a Comissão tinha que
1460 fazer valer o artigo 16 da LOAS, no seu parágrafo único: *“Os Conselhos de Assistência Social*
1461 *estão vinculados aos órgãos gestores de assistência social, que devem prover, a infra-estrutura*
1462 *necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive*
1463 *com as despesas referentes a passagens e diárias dos conselheiros e representantes do governo e*
1464 *da Sociedade Civil, quando estiverem no uso das suas atribuições”*. Que teriam que garantir na área
1465 da Assistência Social o direito à participação, com a NOB vindo ratificar esse artigo, concordando
1466 com a Conselheira Simone sobre pautar um debate no pleno, para melhor encaminhar o assunto. O
1467 Conselheiro Carlos Rogério ponderou que precisavam fazer o que estava na proposta, levantar todas
1468 as argumentações, as legais, que estavam na lei, e as futuras, que podem promover alterações. Que
1469 devido ao pouco tempo para argumentação, solicitava que o encaminhamento fosse para elaborar o
1470 estudo, levantar as argumentações e trazer novamente ao pleno para evitar esse debate sem um
1471 documento preciso, sem um levantamento conciso sobre esse tema. A Presidenta considerou
1472 importante essa colocação de posições, com o encaminhamento sendo é a indicação da Conselheira
1473 Simone, de aprofundamento do tema no plenário do CNAS. O Conselheiro José Geraldo indagou se
1474 estava aprovado o estudo a ser feito pela Comissão de Financiamento, com a Presidenta solicitando
1475 o apoio da plenária para melhor encaminhar. A Conselheira Simone destacou a importância de se
1476 criar, inicialmente, consenso sobre alguns importantes assuntos, encontrando importante aprofundar
1477 o debate e ouvir pessoas sobre o tema. O Conselheiro Anderson destacou que estavam na Oitava
1478 Conferência de Assistência Social e desde a primeira a Sociedade Civil cobrava essa participação,
1479 sendo importante trazer esse estudo, relatando alguns acontecimentos sobre a questão. A
1480 Conselheira Marisa, discorrendo sobre a natureza jurídica e institucional do CONGEMAS, junto ao
1481 SUAS, colocava-se à disposição, juntamente com o FONSEAS, para informar sobre seu papel e
1482 função dentro da Política Nacional de Assistência Social. A Conselheira Margareth destacou a
1483 importância dessas instituições, de ter o financiamento e de estar organizado enquanto gestão.
1484 Concordava com o Conselheiro Anderson de que deveriam encontrar um jeito de garantir o que era
1485 direito da Sociedade Civil, discorrendo sobre a questão e sobre como a exclusão do item 4.2.
1486 poderia incidir nas demais questões, defendendo a sua permanência dos itens 4.1, 4.2 e 4.3. A
1487 Conselheira Simone ponderou que a Comissão deveria se debruçar sobre o que se queria de
1488 financiamento e que fontes seriam pesquisadas, devendo se esclarecer essa situação. A Presidenta
1489 ponderou que na havia nenhum tipo de dissenso com relação à opinião da Conselheira Simone,
1490 sugerindo que analisassem o item 4.3, sugerindo que tirassem o 4.2. Item cinco: *“Definição de fluxo*
1491 *de repasse de informações das discussões da CIT junto às Secretarias-Executivas dos Conselhos,*
1492 *estabelecimento são sistemáticas de envio de informações junto aos Conselhos acerca das*
1493 *discussões da CIT.”* A Comissão encaminha as seguintes ações: *“Solicitar informações aos*
1494 *Conselhos Estaduais sobre a existência de fluxo definido de repasse de informações aos Conselhos*
1495 *Municipais, das discussões das CIBs e da CIT, bem como as suas deliberações. Solicitar à CIT e as*
1496 *CIBs sobre o fluxo de informações à serem repassados aos SEASs e aos CMASs sobre as*

1497 *discussões realizadas nas instâncias de pactuação. Orientar os Conselhos Estaduais para que*
1498 *estabeleçam mecanismo para o acompanhamento das discussões e desdobramentos das Comissões*
1499 *Intergestores Bipartite e Colegiados Estaduais de Gestores Municipais da Assistência Social,*
1500 *COEGEMAS, e CIT. Orientar os SEAS por meio das comissões de acompanhamento aos conselhos,*
1501 *para buscar informações a cerca das agendas de reuniões das CIBs, bem como as pautas para*
1502 *posterior divulgação junto aos conselhos. Sugerir pauta para o informativo SUAS, sobre os*
1503 *conselhos que instituírem como tema permanente, em suas reuniões, os informes das CITs e CIBs,*
1504 *ressaltando a inclusão deste informe nas pautas das reuniões ordinárias dos Conselhos. Repassar*
1505 *aos conselhos por meio do CNAS Informa, os assuntos discutidos e deliberados na CIT”. A*
1506 *Conselheira Marisa indagou quais os mecanismos que constavam no item 5.3, solicitando que fosse*
1507 *detalhado para poder levar para a sua Diretoria e poder estar atendendo esse encaminhamento. A*
1508 *Conselheira Margareth esclareceu que esses mecanismos, que seriam amadurecidos, se referiam à*
1509 *política de Assistência Social. Prossequindo, a Conselheira Marisa indagou se o fato de os gestores*
1510 *estarem inseridos, enquanto Conselheiros nos SEAS, seria uma ponte, uma parte significativa desse*
1511 *diálogo de acompanhamento das discussões. A Conselheira Margareth ponderou não saber se os*
1512 *demais membros da comissão tinham o mesmo entendimento, com a Conselheira Leila relatando*
1513 *que participava de alguns Conselhos Estaduais, nos quais não havia encontrado essa representação,*
1514 *com alguns temas podendo ser discutidos nesses encontros. A conselheira Marisa informou que o*
1515 *CONGEMAS tinha um Presidente Gestor do Conselho Estadual, da Paraíba. O Conselheiro José da*
1516 *Cruz ponderou que poderia ser ponto de pauta construir de forma regionalizada, pautando-se nos*
1517 *encontros regionais. A Conselheira Léa destacou a importância das questões apresentadas,*
1518 *apontando para o funcionamento das relações das informações de Conselhos estaduais e municipais,*
1519 *mas se a gestão política não estivesse acertada, o fluxo não aconteceria. A Conselheira Margareth*
1520 *indagou à Conselheira Marisa se ajudaria excluir os itens 5.2 e 5.3, e incorporar a proposta do*
1521 *Conselheiro José da Cruz, estabelecendo as pautas das reuniões regionalizadas e acrescentando*
1522 *depois do CAS/DF a relação de CITs, CIBs, no próprio controle social, discutindo-se*
1523 *conjuntamente a melhor forma. A Presidenta considerou os demais itens sem nenhuma observação,*
1524 *considerando aprovado o relato dos debates da Comissão de Acompanhamento de Conselhos. **Item***
1525 ***Relato da Comissão de Normas da Assistência Social***, pela Conselheira Marisa: *“Memória de*
1526 *reunião Comissão de Normas de Assistência Social, outubro de 2012, reunião 04/2012, data*
1527 *16/10/2012, horário das 14 as 17 aqui no (Ininteligível). Conselheiros presentes: Marisa Rodrigues*
1528 *da Silva, Simone Aparecida de Albuquerque, Leila Pizzato, Tiago Ferreira Cabral. Conselheiros*
1529 *ausentes: Cláudia Laureth Faquinote, Viviane Vieira da Silva, Eloiana Cambraia Soares, Wagner*
1530 *Carneiro de Santana. Convidados: Carolina Gabas Stuchi (Diretora do DRSP), Daniel Demonte*
1531 *Moreira (Consultor Jurídico do MDS). Secretaria Executiva: Giovanna Veloso, Dialuana, Douglas*
1532 *Amaro, Ezidênio e Maria de Fátima Teixeira de Souza. Um, informes da Secretaria-Executiva: A*
1533 *coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social, Marisa Rodrigues da Silva leu o*
1534 *relato das ações desenvolvidas pela Coordenação de Normas da Assistência Social, secretaria*
1535 *executiva, que deram prosseguimento aos encaminhamentos deliberados no mês de setembro de*
1536 *2012. Dois, apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP –*
1537 *DF, a Diretora do DRSP, Carolina Gabas Stuchi apresentou informações trimestrais sobre o*
1538 *processo de certificação de entidades de Assistência Social conforme disposto no artigo 1º da*
1539 *resolução CNES nº 18/2011 e outros. A Diretora deu os seguintes informes referentes: “a. Situação*
1540 *atual da análise de processos de certificação de entidades beneficentes no amplo da Assistência*
1541 *Social, estatísticas e planilhas de processo, b. Sobre disponibilização do sistema de emissão de*
1542 *comprovante de protocolo para consulta pública, o qual poderá ser emitido on-line, c. Informe*
1543 *sobre disponibilização no site do MDS do banco de pareceres da CGCEB/DRSP/SNAS referentes*

1544 aos processos já definidos para consulta do amplo público, d. Informes sobre o Programa Alerta
1545 da Secretaria da Receita Federal que notificou 2091 entidades que não possuem certificação
1546 válida, mas que recebem a isenção da Receita Federal foi informado que todas as entidades foram
1547 notificadas e que foi dado prazo para apresentar documento que comprove sua regular situação, o
1548 processo de autuação se iniciará em 2013 pela Receita Federal, o DRSP está verificando as ações
1549 necessárias para regularizar a situação em seu âmbito, e. Foi aberto o TR para digitalização de
1550 processos da certificação, sendo que os prioritários, os mais antigos e que estão arquivados no
1551 CNAS, f. Informes sobre o sistema de cadastro e certificação, os Gestores preenchem com os dados
1552 informados pelo Conselho sobre o processo de inscrição de entidades e dos serviços, programas,
1553 projetos e benefícios para formação de uma base de dados validada pelos Gestores e Conselhos, a
1554 previsão de sua formatação é em dezembro, g. Informe sobre o resultado do GT da AGU sobre este
1555 tema foi acordado a respeito da necessidade de elaboração de uma Portaria Interministerial, para
1556 tanto, o assunto foi encaminhado para a Casa Civil para discussão, neste GT foi pautado assuntos
1557 referentes a conflito de competência entre os Ministérios para emissão dos CEBAS de
1558 determinadas entidades, como resultado deste conflito foi informado que em torno de 30 processos
1559 enviados pelo DRSP a outros Ministérios que foram devolvidos, sendo que esse número diminui
1560 devido a um acordo entre os Ministérios sobre o tema, h. Informe sobre a Comissão
1561 Interministerial MEC/MS/MDS, as reuniões foram retomadas, foi pautada a necessidade de
1562 verificar quais pontos precisam de alteração legal em portarias e decretos para que haja
1563 compatibilidade legal entre as normativas dos Ministérios, a Diretora do Departamento da Rede
1564 Socioassistencial do SUAS, em sequência apresentou relatório de certificação trimestral com as
1565 informações sobre o processo de certificação de entidades beneficentes de Assistência Social no
1566 âmbito do MDS, documento em anexo foi apresentado aos Conselheiros, foi informado que já estão
1567 sendo analisados processos pós lei 12.101/2009 e não somente o passivo, sendo que a análise dos
1568 processos terá maior celeridade, quando da informatização do sistema de certificação e da
1569 nomeação de novos Servidores com os concursos abertos, após a apresentação, a Comissão de
1570 Normas fez os seguintes apontamentos: Necessidade de que, o relatório trimestral apresente o
1571 quantitativo de entidades que estão em conflito de competência e qual a compreensão sobre o
1572 assunto entre os Ministérios, quantas destas entidades tiveram a sua certificação renovada
1573 enquanto entidades de Assistência Social, incluir nas estatísticas a data da entrada dos processos
1574 no protocolo para fazer um levantamento dos picos de maior entrada, agrupar os motivos de
1575 indeferimento nos relatórios, sendo que foi informado que a maior parte dos indeferimentos é por
1576 motivo contábil, buscar verificar a correlação e possíveis conflitos entre o andamento da
1577 certificação e o processo de inscrição dos Conselhos, encaminhamentos, enviar aos Conselheiros
1578 do CNAS as informações apresentadas pela Diretora do DRSP com as anotações e planilhas,
1579 enviar aos Conselheiros da Comissão a degravação desta reunião, enviar a DRSP os apontamentos
1580 levantados pela Comissão de Normas.” Três, análise do artigo 11 da resolução CNAS nº 16/2010 à
1581 luz da lei nº 12.101/2009 e do documento elaborado pela Professora Aldaíza Sposati, a
1582 Conselheira Leila Pizzato ficou responsável para apresentar uma análise do artigo 11 da resolução
1583 CNAS nº 16/2010 à luz da (Ininteligível), da lei 12101/2009 e do documento Pesquisa Documental
1584 de Entidades Mistas CONCEBAS, realizado em 2008 pelas Professoras Aldaíza Sposati e Neri
1585 Bruno. (Intervenções fora do microfone). Desculpe Presidente, é por que eu fui abordada aqui
1586 ininterruptamente, me perdi aqui, desculpe. A Conselheira informou que é necessário aprofundar o
1587 tema à luz das dimensões técnica, jurídica e contábil, contribuindo para ampliar o seu debate e
1588 objetivando, inclusive, revisar a resolução CNAS nº 16/2010, a partir do estudo elaborado,
1589 encaminhamentos, pautar o assunto em fevereiro de 2013, revisar a resolução CNAS nº 16/2010, a
1590 partir do estudo elaborado, e devem ser observadas as questões do Cadastro Nacional de

1591 *Entidades de Assistência Social (CNEAS), e do vínculo SUAS na discussão. Quatro, discussão*
1592 *sobre procedimentos internos referentes aos recursos das decisões do Conselho de Assistência*
1593 *Social do Distrito Federal quanto a inscrição, foi apreciado o histórico levantado pela Secretaria*
1594 *Executiva, sob o processo de discussão no CNAS de elaboração e apreciação da minuta de*
1595 *resolução que regulamenta os procedimentos aplicáveis aos recursos das decisões do CAS/DF*
1596 *apresentados a esse Conselho Nacional, quanto a inscrição das entidades e organizações de*
1597 *assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.*
1598 *Como forma de contribuir para o debate, contou-se com a participação do Consultor Jurídico do*
1599 *MDS, Dr. Daniel Demonte Moreira, sobre o tema, o Consultor Jurídico informou que uma norma*
1600 *do CNAS não tem competência de impor ao CAS/DF o deferimento ou o indeferimento de inscrição,*
1601 *devido ao princípio da não hierarquização dos isentos, oriundo no pacto federativo, o Consultor*
1602 *informou ainda, que de modo a haver uma normativa com força coagente, que determine a*
1603 *aplicação dos parágrafos IV e V, do artigo 16, da resolução CNAS nº 16/2010, é necessário*
1604 *publicação de uma lei que estabeleça a obrigação. Conforme interpretação dada pela CONJUR-*
1605 *MDS no parecer 092/2012 CONJUR-MDS/CGU/AGU e ressaltada pelo Consultor presente à*
1606 *reunião, a expressão recorrer deve ser entendida na concepção de se socorrer, das instâncias*
1607 *deliberativas do SUAS para fazer valer dos seus direitos relativos à inscrição e ao funcionamento,*
1608 *não há como entender de modo diverso, uma vez que não seria cabível recorrer, no sentido de*
1609 *recurso, à uma instância superior para o Conselho Municipal, já que esta é a primeira instância de*
1610 *deliberação do SUAS, ou melhor, é a primeira instância de análise e julgamento dos pedidos de*
1611 *inscrição das entidades e organizações de assistência social, assim considerando as observações*
1612 *discutidas na reunião, a Comissão de Normas dá os seguintes encaminhamentos: Incluir esse tema*
1613 *na revisão da resolução nº 16/2010 em fevereiro de 2013, será respondido ao CAS/DF referente*
1614 *aos processos de recurso de inscrição que estão no CNAS 71010001215/2012-19, Entidade Rui*
1615 *Pereira Polari, 71000067370/2011-36, Entidade Projeto Criação de Deus e 700001000537/2011-*
1616 *60, Entidade Centro Espírita Fraternidade Allan Kardec, que os revisem em reunião plenária,*
1617 *tendo em vista que o CNAS entende que a matéria está disposta no artigo V, do artigo 16, da*
1618 *resolução CNAS nº 16/2010, sugere-se ainda que a revisão deve ser feita com base em nota técnica,*
1619 *elaborada pela equipe de referência do CRAS, a qual está referenciada a entidade no território*
1620 *deste. Cinco, definição de pauta para o mês de dezembro, retomar a dada excursão da NOB/SUAS.*
1621 *Seis, outros assuntos, consta no plano de ação da Comissão de Normas debater o item 3.1,*
1622 *acessibilidade e acesso das pessoas com deficiência aos serviços e benefícios socioassistenciais no*
1623 *mês de outubro, considerando a agenda da Comissão, este item será pautado em fevereiro de 2013,*
1624 *o item 4.3 do plano de ação discutia a construção de metodologia de como efetivar o processo de*
1625 *acompanhamento e fiscalização da política nacional de assistência social, considerando as*
1626 *competências do CNAS dispostas no artigo 18 da LOAS, será agendado por discussão em março de*
1627 *2013, Marisa Rodrigues, Coordenadora da Comissão de Normas de Assistência Social. Quero*
1628 *também, Senhora Presidente, colocar a discussão rapidamente da NOB/SUAS, data 17/10/2012,*
1629 *das 9h às 18h, Conselheiros presentes: Marisa Rodrigues da Silva, Simone Aparecida*
1630 *Albuquerque, Leila Pizzato, Cláudia Laureth Faquinote. Ausências: Eloiana Cambraia, Wagner*
1631 *Carneiro, Viviane Vieira da Silva, Tiago Ferreira Cabral. Secretaria Executiva: Giovana Veloso,*
1632 *Dialuana Lobo, Douglas Amaro, Ezidênio Pereira e Maria de Fátima de Souza. Debate sobre a*
1633 *NOB/SUAS, conforme encaminhamento da plenária do dia 16 de outubro de 2002 foi definido que*
1634 *a Comissão de Normas irá discutir os capítulos dois, Gestão do Sistema Único de Assistência*
1635 *Social, cinco, Processo de Acompanhamento do SUAS, e nono, Regras de Transição. Após a*
1636 *realização do debate foram dados os seguintes encaminhamentos: Convidar a Diretora do DRSP*
1637 *para o mês de dezembro para explanar sobre o processo de construção e funcionamento do*

1638 *Cadastro de Entidades de Assistência Social e sua correlação com a inscrição artigo 9º, inciso 15º*
1639 *da NOB/SUAS e contribuir para a discussão de uma melhor adequação do artigo 13, inciso 20 da*
1640 *NOB/SUAS, foi destacado um grupo composto pela Servidora da SNAS/DGSUAS Karoline Ayres*
1641 *Ferreira e pela Conselheira Cláudia Faquinote, apoiado pela Secretaria Executiva para concluir a*
1642 *apresentação da Comissão de Normas a respeito da NOB/SUAS, discutidos para a reunião*
1643 *descentralizada do CNAS em novembro. Marisa Rodrigues da Silva, Coordenadora da Comissão*
1644 *de Normas de Assistência Social”. A Presidenta iniciou a discussão pela apresentação do*
1645 *Departamento da Rede Socioassistencial do SUAS, com o Conselheiro Tiago esclareceu a questão*
1646 *colocada na página dois, ao final, depois da letra H, discorrendo sobre o vencimento da maioria dos*
1647 *certificados de Assistência Social estaria vencendo em dezembro de 2012, discorrendo sobre o*
1648 *número de entidades de Assistência Social e que não conseguiam se enquadrar em determinadas*
1649 *atividades, falando sobre o grande número de estudos para definir critérios para as mesmas. Que*
1650 *havia solicitado à AGU que informasse, mês a mês, quais as instituições que se julgavam*
1651 *puramente de Assistência Social e que procuraram em primeiro lugar o MDS, arrazoando sobre a*
1652 *questão. Destacou a questão que o assustava pessoalmente enquanto representante da Ordem dos*
1653 *Advogados do Brasil, das Instituições de Trabalhadores e da Sociedade Civil, que era a*
1654 *comunicação que grande parte dos indeferimentos que estavam sendo efetuados era por motivo*
1655 *contábil, esclarecendo essa situação. ENCERRAMENTO. A Presidenta encerrou para o almoço,*
1656 *convidando a todos a retornarem no período da tarde. ABERTURA. Reiniciando a reunião, a*
1657 *Presidenta indagou à Conselheira Simone se havia alguma observação, que falou que o debate na*
1658 *Comissão de Normas havia sido muito importante, definindo o que esperava da SNAS e do MDS*
1659 *para reflexão. Observou que a decisão de certificar entidades de Assistência Social traria para o*
1660 *CNAS uma nova dimensão, considerando a situação das entidades. Que estavam acertando com a*
1661 *Diretora Carolina como seria o modelo de apresentação para a Comissão, esclarecendo que a*
1662 *discussão da contabilidade não afetaria a área da Assistência Social na análise das entidades de pós*
1663 *lei nº12.101. Que era importante para a Comissão ter clareza sobre essa questão, a qual estava sendo*
1664 *colocada para que a Comissão indagasse ao Departamento o que estava sendo considerando como*
1665 *questão contábil para ter mais clareza,. A Conselheira Simone registrou que o debate havia sido*
1666 *bem maduro, assim como a melhoria no relatório apresentado, mais adequado às necessidades da*
1667 *própria Comissão. Que haviam feito várias solicitações para o próximo relatório, acreditando que*
1668 *teriam condições de informar melhor ao pleno, considerando a preponderância do assunto para o*
1669 *CNAS. O Conselheiro Tiago manifestou sua preocupação, mas que concordava com a Conselheira*
1670 *Simone de que era preciso debater a questão. A Presidenta solicitou à Conselheira Marisa que*
1671 *informasse como havia ficado o texto, com o Conselheiro Tiago solicitando que fosse retirado o*
1672 *termo “pela primeira vez”. A Presidenta indicou que o encaminhamento era o envio aos*
1673 *Conselheiros das informações apresentadas pela Diretora, com anotações em planilhas, enviar aos*
1674 *Conselheiros da Comissão a gravação da reunião e enviar à DRSP os apontamentos levantados*
1675 *pela Comissão de Nomes. O Conselheiro Anderson e o Conselheiro Tiago retiraram-se da reunião,*
1676 *devido a outros compromissos. A Presidenta passou ao Item três, análise do artigo 11 da resolução*
1677 *CNAS 16, passando aos encaminhamentos de pautar o assunto em fevereiro de 2013, revisar a*
1678 *resolução 16 a partir do estudo elaborado e devendo ser observadas as questões do CNEAS do*
1679 *vínculo SUAS na discussão. Em não havendo nenhuma colocação, passou para o item quatro,*
1680 *Discussão sobre procedimentos internos referentes aos recursos das decisões do Conselho de*
1681 *Assistência Social do Distrito Federal, indicando os encaminhamentos: Incluir este tema na revisão*
1682 *da resolução 16, em fevereiro de 2013, resposta ao CAS/DF referente aos processos de recursos de*
1683 *inscrição que estavam no CNAS, sugerindo-se ainda que a revisão deve ser feita com base na ata*
1684 *técnica elaborada pela equipe de referência do CRAS, a qual está referenciada a entidade no*

1685 território deste. A Conselheira Simone observou que o assunto merecia ser esclarecido, visto ter
1686 sido tratado pela última vez em novembro de 2011, ressaltando a importância da participação da
1687 CONJUR, discorrendo sobre a conclusão que a Comissão havia chegado a respeito do modelo
1688 descentralizado do SUAS. Sugeriu a revisão da Resolução nº 16, que precisava se adequar a um
1689 modelo de cooperação entre os Conselhos e entre os entes, agradecendo a contribuição dada pelos
1690 Conselheiros Estaduais de São Paulo que ajudaram nessa formulação, relatando os trabalhos que
1691 estavam sendo feitos. O Conselheiro Edivaldo registrou sua satisfação pela recepção, indicando ser
1692 membro da Comissão de Normas do Conselho de Mato Grosso do Sul, discorrendo sobre as
1693 decisões que tinham que ser tomadas a respeito de Conselhos Municipais. A Presidenta ressaltou
1694 que esse trabalho vinha resolver um grande problema para o Controle Social. A Conselheira Simone
1695 indicou que a Sra. Caroline Aires havia sido convidada pela Comissão de Normas no debate da
1696 NOB, sugerindo que todos os participantes constassem nas memórias das Comissões. A Presidenta,
1697 em não havendo mais nenhuma colocação, considerou aprovado o conteúdo da discussão da
1698 Comissão de Normas. Apresentou aos Conselheiros, juntamente com a Vice-Presidente, a agenda
1699 temática do CNAS, que era um extrato do plano de ação e que seria distribuído no dia seguinte para
1700 os Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Estaduais, assim como a reunião de Vitória. **Item**
1701 **Relato da Comissão de Política**, pelo Conselheiro José da Cruz, que, em nome da Comissão,
1702 registrou a importância de fazer um rodízio na leitura das memórias da reunião tendo em vista que a
1703 Comissão de Política sempre ficava por último e os integrantes estavam se sentindo prejudicados.
1704 *“Memória da Reunião da Comissão de Política, Reunião 004/2012 realizada entre os dias 16 e*
1705 *17/10/2012 local Esplanada dos Ministérios anexo do bloco F ala A, Conselho Nacional de*
1706 *Assistência Social sala 102, Conselheiros presentes José Crus, Anderson Miranda, Edivaldo*
1707 *Ramos, Lucia Cecílio Braga, Maria Cristina Lobo, Nilsia Lourdes dos Santos, favor incluir*
1708 *Margarida Munguba Cardoso, ausências justificadas Meive Ausônia Piacesi, Jane Pereira*
1709 *Clemente, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Farias, ouvintes Ana Lúcia Soares, Débora*
1710 *Arkema e Marlene Merisse, convidados José Crus Coordenador da Gestão do Trabalho do SUAS e*
1711 *quero que inclua também Vagner Antônio Alves Gomes Secretaria Executiva, Maria Auxiliadora*
1712 *Pereira, Carolina Ribeiro, Ana Tereza Gomes, Rosiely Bonfim. O primeiro item de pauta discutido*
1713 *na Comissão foi a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, o Conselheiro José Crus*
1714 *apresentou o processo de construção do texto da Política Nacional de Educação Permanente do*
1715 *SUAS resgatando aí o histórico de construção deste documento, no ano de 2010 o texto preliminar*
1716 *da política no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social, no ano de 2011 a apresentação*
1717 *do referido texto ao Conselho Nacional este Conselho apresenta e entrega o texto preliminar da*
1718 *política na 8º Conferência Nacional de Assistência Social e no ano de 2012 o Conselho realiza*
1719 *uma Oficina em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome para*
1720 *aprofundamento e discussão do texto preliminar dessa política em 25 de abril tendo como*
1721 *participantes instituições de ensino superior, associações de ensino e pesquisa, entidades de classe,*
1722 *fórum dos trabalhadores do SUAS, o CONGEMAS, o FONSEAS e outros colaboradores do MDS e*
1723 *do Conselho Nacional, após a realização dessa Oficina o Conselho instituiu o grupo de trabalho*
1724 *por meio da resolução CNAS nº 19 de 06 de junho de 2012 com o objetivo de sistematizar o texto*
1725 *da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS a partir das contribuições oriundas da*
1726 *referida Oficina, integram esse grupo de trabalho da referida resolução os Conselheiros Jane*
1727 *Clemente e José Crus, convidados e colaboradores do GT que participaram de todo o processo de*
1728 *debate Ester Lemos representante do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, Jucimeire*
1729 *Silveira do estado do Paraná, Estela Ferreira do estado de São Paulo e a Professora Joaquina*
1730 *Barata do estado do Pará, foram realizadas 5 reuniões sendo que as atas das mesma encontram-se*
1731 *disponíveis no CNAS, o Conselheiro José Crus representando o grupo de trabalho então*

1732 *apresentou na comissão o documento sistematizado da Política Nacional de Educação Permanente*
1733 *do SUAS detalhando as contribuições recebidas neste processo de construção conduzido de forma*
1734 *democrática e participativa, pontuou aspectos que contribuíram para melhor definição dos*
1735 *princípios e diretrizes dessa política para o desenvolvimento de percurso formativo no âmbito do*
1736 *Sistema Único da Assistência Social visando contribuir com o aprimoramento da gestão e com a*
1737 *qualidade da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios sócio assistenciais e ainda a*
1738 *valorização dos trabalhadores do SUAS, os encaminhamentos desse debate foi o registro pela*
1739 *Comissão do excelente trabalho de sistematização da Política Nacional de Educação Permanente*
1740 *do SUAS realizado pelo GT e da completude da apresentação feita pelo Conselheiro José Crus.*
1741 *Outro encaminhamento, é encaminhar a apresentação em Power Point da Política aos*
1742 *Conselheiros do CNAS e aos colaboradores que participaram desse GT e encaminhar o documento*
1743 *da Política Nacional para os Conselheiros e Colaboradores desse processo de construção,*
1744 *solicitando aos mesmos o envio de contribuições até 30 de dezembro de 2012 e apresentação e*
1745 *aprovação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS no pleno do CNAS em fevereiro*
1746 *de 2013 aqui tendo em vista que no mês de novembro e dezembro priorizaremos da Comissão a*
1747 *discussão da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. O item 2, foi a*
1748 *apresentação da metodologia de discussão do monitoramento das deliberações da 8º Conferência*
1749 *Nacional, considerando que ficou como atribuição da Comissão de Política a organização do*
1750 *processo de monitoramento das deliberações da 8º Conferência em ação conjunta com as*
1751 *Comissões Temáticas à Presidência e a Secretaria Executiva do CNAS, os Conselheiros Anderson*
1752 *Lopes Miranda e Margarida Munguba apresentaram algumas experiências de monitoramento de*
1753 *outras políticas e o esforço preliminar do Departamento de Participação Social da Secretaria*
1754 *Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República de uma*
1755 *proposição de metodologia de monitoramento das deliberações das Conferências ainda em*
1756 *construção com a previsão de realização de uma Oficina com os Conselhos Nacionais para debater*
1757 *o tema a partir de suas experiências de monitoramento, quais foram os encaminhamentos deste*
1758 *item de debate, a Comissão de Política propõe a este pleno a instituição de um grupo de trabalho*
1759 *específico para desenvolver o monitoramento das deliberações da 8º Conferência Nacional com a*
1760 *participação de um representante de cada Comissão Temática, outro encaminhamento foi a*
1761 *disponibilização da minuta de proposta de instrumental construída pelos Conselheiros Anderson e*
1762 *Margarida, pela Coordenação de Política para consideração e utilização do grupo de trabalho que*
1763 *será instituído se assim for aprovado neste pleno. O item 3, foi os estudos referentes categoria de*
1764 *nível médio e fundamental conforme descrito na Classificação Brasileira de Ocupações a CBO,*
1765 *após o processo de debate com os trabalhadores do SUAS de nível superior coordenado pelo*
1766 *Conselho Nacional e MDS no ano de 2010 que culminou com a resolução nº 17 de 20 de junho de*
1767 *2011 que ratificou a equipe de referência definida na Norma Operacional Básica de Recursos*
1768 *Humanos do SUAS e reconheceu as categorias profissionais de nível superior para atender as*
1769 *especificidades dos serviços e das funções essenciais de gestão do SUAS e considerando o*
1770 *compromisso assumido pelo CNAS de reconhecer as categorias de nível médio e fundamental no*
1771 *Sistema Único de Assistência Social a Comissão de Política pautou um primeiro debate sobre as*
1772 *categorias de nível médio e fundamental em 2011 e retoma esse importante debate convidando o*
1773 *Coordenador Geral da Gestão do Trabalho do SUAS José Crus para apresentação dos estudos que*
1774 *foram realizados no âmbito da Coordenação em relação ao tema, a referência para o processo de*
1775 *reconhecimento das categorias é a NOB-RH que prevê um quantitativo de técnicos de nível médio e*
1776 *fundamental segundo as proteções e os serviços afiançados pelo Sistema Único de Assistência*
1777 *Social nos equipamentos, o Departamento de Gestão do SUAS por meio então da Coordenação da*
1778 *Gestão do Trabalho do SUAS vem realizando estudos por meio de consultorias para subsidiar ao*

1779 *MDS na definição de estratégia para o aprimoramento da gestão do trabalho e da melhoria da*
1780 *qualidade nos serviços assistenciais, esses estudos serão validados pela SNAS para posterior*
1781 *publicização, foi finalizado o primeiro estudo que fez uma análise documental da classificação*
1782 *brasileira de ocupações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego o MTE a respeito dos títulos*
1783 *de inscrição sumária, atividades, formação e experiências, condições gerais para o exercício da*
1784 *profissão, código internacional e atividades descritas na classificação brasileira de ocupações em*
1785 *relação as profissões de nível médio e fundamental que atuam no Sistema Único de Assistência*
1786 *Social para subsidiar o processo de reconhecimento das categorias profissionais de nível médio e*
1787 *fundamental, a CBO ela trata do reconhecimento da existência de determinadas ocupações no*
1788 *mercado de trabalho brasileiro, é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e*
1789 *descreve as características das ocupações do mercado de trabalho, esses estudos apontam alguns*
1790 *desafios para esse processo, redefinir as categorias de nível médio e fundamental para apoiar as*
1791 *equipes de gestão e as equipes de referências na prestação dos serviços assistenciais do SUAS*
1792 *também para unificar denominações e nomenclaturas das categorias profissionais de nível médio e*
1793 *fundamental do Sistema, fortalecer o processo de formação dos trabalhadores de nível médio e*
1794 *fundamental e possibilitar o processo de avaliação e certificação de competências,*
1795 *encaminhamentos a partir dos estudos realizados no CBO a gestão do trabalho aprimorou em*
1796 *conjunto com a Coordenação Geral de Vigilância Sócio Assistencial o questionário do senso SUAS*
1797 *específico à gestão do trabalho incluído questões relacionadas as categorias de nível fundamental*
1798 *e médio visando contribuir com o processo de reconhecimento dessas categorias e o*
1799 *estabelecimento de diretrizes de gestão, dessa forma no primeiro semestre de 2013 teremos dados*
1800 *consistentes do senso SUAS para subsidiar o MDS nas estratégias para o reconhecimento das*
1801 *categorias de nível médio e fundamental junto ao Conselho Nacional. Item 4, discussão da*
1802 *NOB/SUAS a comissão de política teve como responsabilidade discutir os seguintes capítulos da*
1803 *NOB/SUAS, capítulo 1º Sistema Único da Assistência Social, capítulo 3º intitulado o Plano de*
1804 *Assistência Social, capítulo 4º intitulado pacto de aprimoramento do Sistema Único de Assistência*
1805 *Social, capítulo 7º intitulado Vigilância Sócio Assistencial, o capítulo 8º intitulado Gestão do*
1806 *Trabalho no Sistema Único de Assistência Social, pós leitura e discussão dos mesmos foram*
1807 *destacados os seguintes artigos que serão objetos de discussão e aprofundamento dessa Comissão*
1808 *na reunião de dezembro, o capítulo 7º intitulado Vigilância Sócio Assistencial esse foi o capítulo*
1809 *que teve mais destaque para aprofundamento na Comissão, o encaminhamento é convidar o*
1810 *Coordenador da Vigilância Sócio Assistencial Luiz Otávio Pires de Farias para esclarecimentos e*
1811 *aprofundamento do debate dos seguintes artigos, artigo 87 que trata das responsabilidades da área*
1812 *de vigilância que é comum aos três entes federados, o artigo 101 que caberá a União, enfim caberá*
1813 *a União as seguintes ações de avaliação da Política de Assistência Social sem prejuízos de outras*
1814 *que por ventura venha desenvolver, então 101, o 102 e o 103, todos três tratam do mesmo assunto*
1815 *tendo em vista aqui a competência de cada ente federado, o capítulo 8º da Gestão do Trabalho*
1816 *também teve um encaminhamento da gente que foi amplamente discutido e reordenado o artigo*
1817 *mas, a gente também destacou para aprimorar a redação do artigo 104 conforme está transcrito*
1818 *nesta memória, a Gestão do Trabalho do SUAS compreende planejamento, a organização e a*
1819 *execução das ações relativas a valorização do trabalhador e a estruturação do processo de*
1820 *trabalho institucional e aí estava dessa forma esse artigo elencando todos esses incisos, a*
1821 *Comissão achou no seu debate no aprofundamento que esse artigo poderia ser desdobrado em dois*
1822 *parágrafos, portanto é apenas um reordenamento, aprimoramento da redação por isso que*
1823 *destacamos aqui, no item 4 outros assuntos é de definição de pauta da reunião de dezembro como*
1824 *todas as comissões também, conforme acordo e discussão nesse plenário nós vamos discutir em*
1825 *dezembro a NOB/SUAS. Esse é o relato Sra. Presidente, eu gostaria antes de concluir, de ratificar*

1826 *a avaliação de todos os integrantes dessa Comissão, da importância que foi ter o nosso Assessor*
1827 *Técnico do Departamento de Gestão do SUAS Wagner Antônio na Comissão sem dúvida*
1828 *conseguimos alcançar e realizar o debate e os encaminhamentos pela expertise, compreensão e*
1829 *completude da sua compreensão, tendo em vista que participou de todo o processo de formulação*
1830 *até a pactuação dessa NOB, também eu quero também fazer esse registro em nome de todos*
1831 *integrantes da Comissão da importância que foi de ter o Vagner Antônio na nossa Comissão que*
1832 *inclusive foi chamado e intitulado do Google da NOB na Comissão pela nossa Conselheira Nilsia.*
1833 *Obrigada Sra. Presidente, esse é o relato”.* A Presidenta, em nome de todos os Coordenadores,
1834 agradeceu o apoio do DGSUAS durante os debates nas Comissões, explicando o processo e
1835 contribuindo para o seu sucesso. A Conselheira Marisa destacou a participação da Sra. Carolina
1836 Aires Ferreira na Comissão de Normas, solicitando à Secretaria Executiva a inclusão do seu nome,
1837 com a Presidenta citando a Sra. Alexandra Trivelino, o Sr. Jaime Adriano e a Sra. Clara de Sá
1838 Coordenadora Geral de Regulação, que apoiaram na discussão. A seguir, indicou o item 1, da
1839 apresentação do processo de construção do texto da Política Nacional de Educação permanente do
1840 SUAS, indicando os encaminhamentos: encaminhar a apresentação da Política aos Conselhos do
1841 CNAS e GT, encaminhar o documento da Política Nacional para os Conselheiros do CNAS e
1842 Colaboradores, solicitando aos mesmos o envio de contribuições até dia 30 de dezembro,
1843 apresentação e aprovação da Política no pleno no CNAS em fevereiro de 2013. O Conselheiro José
1844 da Cruz registrou que a Conselheira Leia havia compartilhado a Coordenação brilhantemente. A
1845 Presidenta indicou o segundo item senhores a respeito da questão da metodologia de discussão do
1846 monitoramento das deliberações da 8º Conferência Nacional , com os encaminhamentos: proposta
1847 ao pleno da instituição de um grupo de trabalho específico para desenvolver o monitoramento das
1848 deliberações com a participação de um representante de cada Comissão Temática, sendo explicado
1849 que esse GT não seria permanente, mas apenas para definir a política; e o outro encaminhamento
1850 era a disponibilização da minuta de proposta para consideração e utilização desse GT, com o
1851 mesmo sendo aprovado pelo pleno. Com relação ao 3º item estudos referentes as categorias de nível
1852 fundamental e médio conforme a CBO, a Comissão trazia um informe da sequência desse estudo a
1853 partir de novos dados e novas fontes, com a discussão da NOB/SUAS não sendo necessária a
1854 votação pelo pleno. Em não havendo nenhum óbice, a Presidenta considerou o relato da Comissão
1855 de Política aprovado pelo pleno. A Conselheira Simone sugeriu que as Comissões e Coordenadores
1856 enviassem para a presidência as apresentações que seriam feitas dos relatos das Comissões na
1857 Reunião Descentralizada, e, como teria um debate sobre o decreto do Fundo seria interessante que
1858 naquela mesa também convidassem alguém para fazer uma análise da parte de financiamento na
1859 NOB/SUAS. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a Presidenta agradeceu a presença
1860 de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo
1861 serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,
1862 aprovada em reunião de de de dois mil e doze.
1863